

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Carla de Brito Nascimento

**A ESCRIVÊNCIA COMO UM CONCEITO FILOSÓFICO:
UMA FORMA DE POTENCIALIZAR O PROTAGONISMO ACADÊMICO DE
MULHERES NEGRAS**

Uberlândia – MG
Outubro – 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Carla de Brito Nascimento

**A ESCRIVÊNCIA COMO UM CONCEITO FILOSÓFICO:
UMA FORMA DE POTENCIALIZAR O PROTAGONISMO ACADÊMICO DE
MULHERES NEGRAS**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia, para obtenção do título de Bacharel e de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

Uberlândia – MG
Outubro – 2023

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, por eles serem a fonte da minha força e dedicação para me tornar merecedora de tanto amor – essa conquista também é por vocês. Ao Gabriel, por sempre me apoiar. Ao Guilherme, por entender minhas ausências e ao Wesley, por 16 anos de companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, a Ogum, a todos os Orixás, a ancestralidade negra e indígena que me compõe. As forças divinas que me guiam e protegem a todo o momento.

Agradeço a minha família, por compreenderem minhas inquietações e inconformismo, pelo apoio e paciência durante esse percurso. Agradeço aos desconhecidos que me atravessaram com palavras de sabedoria, que mudaram o curso de minha vida. Aos meus amigos queridos Caroline Weber e Pedro Henrique Reis, agradeço o companheirismo, o apoio mútuo durante todo esse período e as boas lembranças que construímos juntos. Obrigada por se fazerem presentes!

Também gostaria de agradecer a todos os professores e professoras, que foram fundamentais para o meu crescimento intelectual e pessoal. Especialmente, ao Prof. José Benedito, pela orientação, pela compreensão, pela correção detalhada do texto. Agradeço por seu encorajamento, pela sua metodologia de ensinar através do acolhimento, por toda sua dedicação e paciência em tornar o “Escrevivências Filosóficas” possível. Por respeitar minhas subjetividades e me orientar até aqui.

Agradeço ainda a todas as mulheres negras que formaram minhas referências, por mostrarem que não é fácil, mas que é possível!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é reconhecer o fruto das inquietações, anseios e vivências de intelectuais negras, inconformadas e transgressoras. Para fomentar questionamentos através da apreciação de produções desenvolvidas por escritoras brasileiras, analisando a aplicabilidade do conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, como uma forma de contrapor os silenciamentos e viabilizar o protagonismo no processo de desenvolvimento intelectual. Mas também, compreender as dimensões do epistemicídio e interpretar como vivências múltiplas podem colaborar para a construção do conhecimento acadêmico. Para tanto, a metodologia utilizada consiste em uma aproximação de vivências, considerando a interseccionalidade e que dialogue com Carneiro (2023), Gonzalez (1984), e Jesus (1960). Para isso, esta pesquisa foi estruturada por uma abordagem de revisão bibliográfica pautada somente no pensamento desenvolvido por intelectuais negras brasileiras. O recorte teórico está orientado pela discussão sobre os elementos que inter cruzam escrevivências e filosofia. Além disso, buscaremos fazer inferências quanto aos impactos do lugar de fala, dado o pensamento desenvolvido por Ribeiro (2019) e seus efeitos para o reconhecimento das produções que não fazem parte do cânone eurocêntrico. Portanto, este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância do compromisso com as vivências e com a validação dos conhecimentos desenvolvidos por todas, todes e todos. Independentemente de sua origem racial, social, geográfica ou econômica. Para que, dessa forma, possamos reconhecer academicamente o potencial filosófico que é imprescindível para a formação de mulheres negras.

Palavras-chave: Escrevivência. Protagonismo. Epistemicídio. Silenciamento.

ABSTRACT

The objective of this work is to recognize the fruit of the concerns, desires and experiences of black, non-conformist and transgressive intellectuals. To encourage questions through the appreciation of productions developed by Brazilian writers, analyzing the applicability of the concept of writing, developed by Conceição Evaristo, as a way of counteracting silences and enabling protagonism in the process of intellectual development. But also, understanding the dimensions of epistemicide and interpreting how multiple experiences can contribute to the construction of academic knowledge. To this end, the methodology used consists of an approximation of experiences, considering intersectionality and in dialogue with Carneiro (2023), Gonzalez (1984), and Jesus (1960). To this end, this research was structured by a bibliographic review approach based only on the thinking developed by black Brazilian intellectuals. The theoretical approach is guided by the discussion about the elements that intersect writing and philosophy. Furthermore, we will seek to make inferences regarding the impacts of the place of speech, given the thinking developed by Ribeiro (2019) and its effects on the recognition of productions that are not part of the Eurocentric canon. Therefore, this work proposes a reflection on the importance of commitment to experiences and the validation of knowledge developed by everyone. Regardless of your racial, social, geographic or economic origin. So that, in this way, we can academically recognize the philosophical potential that is essential for the training of black women.

Keywords: Writing. Protagonism. Epistemicide. Muting.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO 1. ESCRIVIVÊNCIA | 12 |
| 1.1 O que é escrevivência? | 12 |
| 1.2 Quais elementos permitem uma interpretação filosófica da escrevivência? | 14 |
| 1.3 Como os elementos presentes na escrevivência podem viabilizar o protagonismo acadêmico? | 18 |
| CAPÍTULO 2. FILOSOFIA BRASILEIRA | 23 |
| 2.1 A filosofia de mulheres negras brasileiras | 23 |
| 2.2 Carolina Maria de Jesus | 24 |
| 2.3 Lélia Gonzalez | 31 |
| 2.4 Sueli carneiro | 38 |
| CAPÍTULO 3. LUGAR DE FALA..... | 45 |
| 3.1 O que é Lugar de Fala? | 45 |
| 3.2 Qual é o lugar de escuta?..... | 48 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERÊNCIAS | 55 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se delimita a pesquisar o protagonismo de mulheres negras no desenvolvimento de produções intelectuais, reconhecidas academicamente ou não, sob uma perspectiva nacional.

O interesse por esta pesquisa surgiu da necessidade de ter referenciais teóricos nos quais estudantes negras possam se ver representadas. Além disso, criar formas de inspiração e motivação, para que mulheres negras possam ter repertório e recursos para atuarem de forma ativa em sua formação, sem que precisem abandonar suas composições subjetivas para imitar o modelo eurocêntrico de produção de conhecimento.

A proposta foi desenvolver um trabalho genuinamente decolonial¹ com uma bibliografia pautada no desenvolvimento intelectual de mulheres negras brasileiras. Isto devido a que no contexto específico em que vivemos ainda permanecem na sociedade resquícios evidentes do sistema colonial.

Sendo assim, é de fundamental importância ouvir a voz de pensadoras que desenvolveram um viés analítico e crítico para questões que contemplam a nossa realidade. Isso porque mulheres negras produziram e continuam produzindo obras nas quais há uma reflexão analítica, que busca propor meios de análise e formas de superação dessa sociedade capitalista, racista e misógina.

É evidente que, a presença de mulheres negras na filosofia é historicamente escassa e, essa ausência é um reflexo das estruturas sociais e educacionais que limitam o acesso de determinadas pessoas ao conhecimento. Neste contexto, torna-se muito relevante pesquisar, citar e dar o devido mérito a obras produzidas por mulheres negras. Pois, felizmente, o cenário acadêmico vem mudando e nas últimas décadas, inúmeras mulheres fizeram contribuições significativas para o desenvolvimento do pensamento humano.

Ademais, a presença de mulheres negras na graduação vem aumentando cada vez mais, como aponta Gomes (2019), esta mobilidade é fruto das lutas do movimento

¹ No sentido de descolonizar o pensamento filosófico ocidental, questionando as estruturas de poder opressoras e as formas de conhecimento impostas pelo colonialismo que impõe que para um trabalho acadêmico ser relevante ou reconhecido é preciso reverenciar ao referenciar autores do norte global.

negro². Porém, a permanência, conclusão e o desenvolvimento de uma carreira acadêmica ainda são um enorme desafio, dado o sentimento de exclusão e não pertencimento.

Todavia, quando as mulheres negras não conseguem se desenvolver academicamente há uma perda significativa de possíveis contribuições para a comunidade acadêmica. Pois, estas poderiam trazer uma nova perspectiva para as pesquisas, propondo abordagens distintas que poderiam desafiar as limitações do cânone, assim como, fizeram as autoras referenciadas na bibliografia deste trabalho.

Portanto, o tema dessa pesquisa se faz relevante, pois a sociedade só tem a ganhar com a introdução de novas interpretações que visam ampliar o acesso e permanência de estudantes negras nas universidades. Mas, especificamente evidenciar a relevância social-filosófica do pensamento desenvolvido por Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, dado a potência da filosofia que consta nos textos destas filósofas e seu risível efeito transformador.

No entanto, poderia alguém questionar: Qualquer objeto de pensamento pode ser filosófico? Visto que, algumas das autoras mencionadas não possuem formação acadêmica em filosofia ou nem mesmo formação acadêmica alguma. Logo, esta questão evidencia a necessidade de responder um questionamento maior, que já foi exposto por inúmeros filósofos das mais variadas vertentes. O que é filosofia?

Podemos dizer que autores como Hegel e Heidegger manifestaram seu entendimento de que a filosofia seria um fenômeno ocidental, surgido na Europa. No entanto, as definições deles, assim como de tantos outros autores são carregadas de preconceitos e limitações. Contudo, o objetivo desse trabalho não é descartar filosofias, tampouco passear por toda a história do pensamento³ refutando afirmações racistas e misóginas de autores da filosofia tradicional. Visto que, o objeto de estudo filosófico tem natureza ilimitada e acompanha o seu contexto histórico.

² O movimento reconhece que a representatividade é fundamental para que haja uma educação inclusiva, e que mulheres negras têm enfrentado históricos obstáculos para ter acesso e garantir a permanência nas instituições de ensino.

³ Ao analisarmos os principais autores que são considerados fundamentais pelo cânone filosófico fica nítida a exclusão e inferiorização dos pensamentos desenvolvidos por outras culturas. Descartes, por exemplo, não leva em consideração a impossibilidade de abstração do corpo para pessoas negras, pois toda a sua construção enquanto sujeito está pautado na condição social em que seus corpos são expostos. Assim, seria possível citar inúmeros outros filósofos e trilhar um percurso histórico do pensamento filosófico que foi fundamental na criação de conceito de raça e na propagação do racismo, porém, aqui não temos este objetivo.

Logo, para o desenvolvimento deste trabalho partimos do entendimento de que a filosofia é um modo de vida e ao investigar e buscar entender os princípios fundamentais da existência humana, a filosofia se faz presente, uma vez que refletir criticamente é um exercício filosófico. Novamente, poderia alguém questionar: Então, tudo que é refletido, pensado, inferido racionalmente é filosofia?

Para esta questão enseja-se desenvolver uma explicação concisa no decorrer desta dissertação. Através do desafio de evidenciar a filosofia de mulheres negras brasileiras que por muito foram negligenciadas e invisibilizadas, pois durante séculos houve um exercício de restringir o reconhecimento de produções filosóficas a uma região continental e a um perfil específico⁴.

Sendo assim, para desenvolver o conteúdo deste trabalho estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: O racismo e a misoginia visa deslegitimar e apagar as contribuições acadêmicas desenvolvidas por escritoras negras brasileiras, buscando silenciar as vozes ancestrais e induzir estudantes a procurarem referenciais brancos do norte global para que seus trabalhos sejam validados, sendo assim, como podemos evidenciar as limitações do cânone e proporcionar recursos que apropriem mulheres negras do lugar acadêmico?

Logo, para responder o problema de pesquisa foi analisado como o conceito de escrevivência pode fomentar o protagonismo acadêmico, buscando um sentido de correlação entre escrevivência e filosofia. Compreendendo o epistemicídio e suas implicações, e ainda, considerando a interseccionalidade⁵ na tentativa de fomentar o pertencimento acadêmico através de uma noção de reconhecimento e das relações étnicas raciais.

Enfim, para obtenção destes resultados foi adotado uma metodologia de revisão bibliográfica, a fim de proporcionar reflexões acerca dos questionamentos que norteiam os próximos capítulos.

⁴ O estereótipo do filósofo que permeia o imaginário popular e que é sustentado pelo cânone como uma forma de autoconservação é o do homem, branco, cis, heterossexual e de origem do norte global.

⁵ A interseccionalidade aborda, para tanto, as condições socioeconômicas, gênero, raça, trabalho e o nível de instrução escolar aos quais as pessoas tiveram acesso.

“Não, eu não falo pelas mulheres, chega de sermos interrompidas. Não, eu não falo pelas mulheres, quero ouvi-las”

(PUÃ, 2019, p. 29).

CAPÍTULO 1. ESCREVIVÊNCIA

1.1 O que é escrevivência?

Escrevivência é um termo originalmente criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, que ao fazer a combinação das palavras “escrever” e “vivência”, adota uma abordagem que pretende dar visibilidade e legitimidade às experiências das pessoas afro-brasileiras. Especialmente, permitir que mulheres negras possam ter suas vivências subjetivas valorizadas a partir de uma reflexão íntima, mas que perpassa o coletivo e que possam ser protagonistas e narradoras de suas próprias histórias de forma afirmativa.

Historicamente mulheres negras foram silenciadas, segundo Marcondes (2013), seriam elas, as mulheres negras, a vivenciarem a carga de estarem na base da hierarquia social brasileira. Assim, seriam elas as mais afetadas pelas desigualdades, violências e opressões, logo, as mulheres negras precisaram desenvolver seus próprios métodos de sobrevivência e tecnologias de resistência. Nesse sentido, é importante descrever um pouco melhor o contexto em que se revela a escrevivência na obra de Evaristo, e a sua significância na vida de mulheres negras, assim como esclarecer a partir de qual lugar pretende-se desenvolver este trabalho.

Pois, o termo escrevivência aparece em inúmeras obras da autora no decorrer de décadas, sendo elaborado como um conceito que incorpora as próprias ferramentas de linguagem das pessoas. Conforme Conceição Evaristo, as mulheres negras são atravessadas por singularidades próprias e sua inscrita no mundo parte desses atravessamentos:

Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um ‘corpo mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influi em minha subjetividade (Evaristo, 2009, p.18).

Ao traçar esse percurso de como as mulheres negras ocupam uma posição distinta na sociedade brasileira Evaristo, igualmente aponta os atravessamentos das diferentes formas de opressões e violências. Mas, também evidencia a necessidade de se afirmar em suas subjetividades e no pertencimento racial, pois somente uma mulher negra pode falar da experiência de ser uma mulher negra. A escrevivência é mais que um termo, conceito ou método de escrita, em virtude de ser uma forma de afirmação existencial.

É nesse sentido que Conceição Evaristo, apresenta e desenvolve a escrevivência, como uma proposta de resistência, pessoal e coletiva, enraizada nas experiências cotidianas e caracterizada pela confluência de todos os elementos que constituem a subjetividade de uma pessoa. No entanto, não só isso, pois a escrevivência é atemporal, porque antecede as experiências práticas ao transportar em sua essência uma sabedoria ancestral.

A escrevivência, também, é um modo de desafiar a produção acadêmica eurocentrada que muitas vezes invalida as contribuições de mulheres negras e geram um distanciamento devido à noção de não pertencimento. A esse respeito, Sueli Carneiro salienta que “O desprezo pela vida intelectual reflete a internalização da ideia de estar fora do lugar” (Carneiro, 2023, p.114).

A invalidação da escrita de vivências pode ocorrer, porque a escrevivência está profundamente alicerçada na oralidade⁶ e o seu desenvolvimento passa ativamente pela habilidade de escuta e no meio acadêmico a uma supervalorização da norma culta da linguagem escrita em detrimento das outras formas de comunicação.

Ao propor uma forma de manifestação afirmativa que valoriza as vivências, histórias e memórias rompendo com as estruturas opressoras presentes na linguagem normativa Evaristo insurge em sua escrita. Por isso, a escrevivência ultrapassa as limitações estabelecidas sobre o que é determinado como cânone e subverte o modo como as mulheres negras são vistas, ouvidas e entendidas. Assim, afirmou Evaristo:

o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (Evaristo, 2007, p. 20- 21).

⁶ É importante destacar que vários povos das mais variadas culturas transmitem seus conhecimentos através da oralidade. Porém, com o movimento de colonização das Américas no século XV, o colonizador buscou afirmar sua cultura como superior e para afirmar o seu poder buscam deslegitimar a oralidade, a cultura e as outras formas de filosofar que lhes eram desconhecidas.

Conceição Evaristo vem desenvolvendo o conceito em suas obras e exemplificando a potência da escrevivência como uma nova forma de produção de conhecimento. Nesse sentido ela enuncia:

Afirmado um contra discurso à literatura produzida pela cultura hegemônica, os textos afro-brasileiros surgem pautados pela vivência de sujeitos negros/as na sociedade brasileira trazendo experiências diversificadas, desde o conteúdo até os modos de utilização da língua (Evaristo, 2009, p. 27).

Desse modo, Conceição Evaristo depreendeu a importância de se afirmar perante o letramento, pois ler e escrever na sociedade brasileira são uma manifestação de poder. Um poder que nas vozes de mulheres negras é insurgente, uma vez que através da escrita de vivências é possível apresentar panoramas ainda desconhecidos academicamente, mas que são relevantes e expressivos socialmente.

Portanto, a escrevivência é uma forma de viabilizar a presença de mulheres negras nos espaços de produção de conhecimento e contrapor uma tática de silenciamento muito utilizada, que nas palavras de Sueli Carneiro, acontece porque “invisibilizar é uma velha e vitoriosa estratégia política sexista e racista” (Carneiro, 2023, p. 78).

Então, seria a escrevivência uma subversão, dada a forma como o conhecimento acadêmico tradicional é produzido.

1.2 Quais elementos permitem uma interpretação filosófica da escrevivência?

A escrevivência já vem sendo discutida amplamente no campo da literatura, da educação, na psicologia e nas áreas dos estudos culturais, que refletem o impacto da atuação do conceito perante o desenvolvimento do protagonismo negro.

No entanto, na área filosófica ainda não há uma difusão do conceito e ao realizar buscas de trabalhos produzidos por pessoas da área de filosofia para desenvolver este trabalho de conclusão de curso. Não foi possível encontrar um estudo aprofundado sobre a construção do termo ou demonstrando uma correlação entre a escrevivência e a sua aplicabilidade como um conceito filosófico.

Logo, fica nítida a invisibilidade de produções com teor filosófico desenvolvido por mulheres negras brasileiras. Mesmo com todas as possibilidades de abordagens devido à amplitude das dimensões do conceito, parece não haver um interesse institucional de produzir uma filosofia que se conecte com as massas e que exalte que qualquer pessoa pode produzir

uma escrevivência filosófica. Diante disso, somente o racismo epistêmico explicaria tal ausência de discussão.

Durante o projeto de pesquisa para desenvolver este trabalho foram encontrados inúmeros artigos e dossiês que demonstram a relevância, o impacto social e educacional que a escrevivência proporciona. Algumas dissertações relacionadas a outras áreas do conhecimento que até resvalam na interpretação de uma escrevivência filosófica. Mas, que dado à origem do trabalho não caberia tais discussões.

Como, por exemplo, a dissertação intitulada “Escrevivência: notas críticas ao mito da imparcialidade do jornalista” desenvolvida por Ana Flávia Ferreira Pilar Costa em 2022. Assim como esta, existem inúmeras outras dissertações demonstrando a amplitude do conceito nas mais variadas áreas.

Porém, na filosofia este é um campo muito pouco ou quase nada explorado e isso indica a falta de interesse ou o preconceito de se abordar outras formas de epistemologias no âmbito acadêmico filosófico.

A ausência de pesquisas relacionadas ao conceito reflete como um indicador de que talvez as obras de Conceição Evaristo, não estejam chegando aos institutos de filosofia. À vista disso, podemos pensar que a uma espécie de apagamento intencional da obra da autora ou há uma limitação das pessoas de perceberem a riqueza da filosofia brasileira, de não explorarem uma filosofia da escrevivência.

Contudo, durante o processo de pesquisa apesar das ausências que gritam, foi uma alegria acalentadora encontrar o trabalho desenvolvido por Adilbênia Freire, uma pensadora que traz em sua produção acadêmica o movimento da escrevivência. Ela relaciona o conceito à filosofia africana e a uma produção de conhecimento afrodiaspórica.

Logo, torna-se motivador ler, escutar e sentir que mais pessoas reconhecem a potência filosófica da escrevivência e que conseguem fazer descrições assertivas e inspiradoras. Nas palavras de Adilbênia, “nossas raízes, nossa história, são adubadas pelas escrituras de si, por nossas escrevivências, escritas como catarse libertadora, de emancipação e encantadas” (Machado, 2021, p. 401).

Posto isso, este trabalho é desenvolvido com a pretensão de aprofundar o debate sobre o conceito e buscar analisar e explorar a presença de dimensões fundamentais da filosofia na escrevivência. Isso porque, novamente usando das palavras de Adilbênia:

Escrevivência é um conceito costurado, desenhado, bordado, crocheteado, criado desde a ética da existência, da resistência, da reexistência, de libertação,

emancipação, é ancestral, ética do cuidado, poética de encantamento. É escuta sensível, ou seja, abertura para conhecer, sentir, perceber as outras pessoas de modo integral, inclusive as diversas pessoas que há em nós, delineando uma escuta afetiva e efetiva, por isso é também ancestral, é escuta da nossa intimidade, de nossos corações, de nossa ancestralidade. Ouvir/sentir nossa intimidade é o feminino tecendo poéticas de potencialização da vida. Escrevivências são estéticas de sentidos implicadas na descolonização, na potencialização dos nossos saberes, descolonização dos sentidos, de nossos corpos e, assim, do próprio conhecimento, pois este é tecido por nossos corposterritórios escrevíveis (Machado, 2021, p.402).

Por conseguinte, a escrevivência é uma forma na qual as pessoas, em especial mulheres negras, podem se colocar ativamente como protagonistas e autoras de suas próprias histórias. Isto é, levando em consideração na construção de si à ancestralidade, o território e o corpo. Pois, a escrevivência surge a partir de experiências vividas e pode ser categorizada como uma maneira de refletir sobre a identidade e a subjetividade.

Isto porque, através da escrevivência as pessoas podem explorar e expressar suas percepções individuais, suas experiências de vida e suas impressões coletivas. Segunda as próprias palavras de Evaristo:

A vida parecia uma brincadeira de mau gosto. Um esconde-esconde de um tesouro invisível, mas era preciso tocar para frente. Ela sabia que a parada significava recuo, era como trair a vida. (...) Um dia, e agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria nova, um dia, escreveria a fala de seu povo (Evaristo, 2006, p. 161).

Logo, a partir desta descrição podemos perceber que ao falar sobre as suas vivências a mulher exerce uma forma de romper as limitações impostas aos corpos negros. Neste trecho em específico do livro “Becos da Memória” Conceição Evaristo expressa a importância de apropriar-se da escrita, de dar voz às percepções da personagem Maria nova, que é uma mulher racializada que encontra na escrita a afirmação de sua identidade a partir da subjetividade que lhe compõe, mas também exemplifica a necessidade de dar voz aos seus iguais.

Outro aspecto profundamente discutido e analisado na filosofia, que a escrevivência tem em comum, é a política. Em virtude de serem abordadas frequentemente na escrevivência questões relacionadas à justiça social, não só destacando a opressão e a luta, mas também, evidenciando as desigualdades e sendo uma forma ativa de resistência. Essa dimensão filosófica da escrevivência se relaciona ao campo de debates éticos e políticos, refletindo sobre poder, justiça e liberdade.

Por exemplo, na citação a seguir Conceição Evaristo, considera em seu livro “Olhos D’Água” a seguinte contextualização:

A avó nascera de mãe e de pai que foram escravizados. Ela já era filha do “Ventre Livre”, entretanto vivera a maior parte de sua vida entregue aos trabalhos em uma fazenda. A mãe e as tias passaram a vida se gastando nos tanques e nas cozinhas das madames. As irmãs iam por esses mesmos caminhos. E ele, ele mesmo, estava ali, naquele esfrega-esfrega de chão de supermercado (Evaristo, 2014, p.92).

Em suma, não seria está uma forma de contestar a injustiça que condiciona e limita os corpos negros? Esta é uma maneira de evidenciar através da escrita como a liberdade de pessoas negras é constantemente cerceada devido às sequelas do processo colonialista que mantém seu poder e se afirma condicionando pessoas racializadas a uma inferiorização.

Seguramente, há outras expressões imprescindíveis para destacar aspectos que são marcantes na escrevivência, como a estética e a linguagem. Pois, através da autonomia de experimentação, de dar legibilidade a múltiplas linguagens, a prática da escrevivência permite ampliar os horizontes da expressão textual. Já, a dimensão estética está presente nas questões filosóficas sobre a natureza da linguagem, a arte e a criatividade. Cada produção que se baseia na escrevivência tem uma natureza estética própria, rica de referências interpessoais e de interpretações subjetivas. Ainda segundo Conceição Evaristo:

Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida. Foi aí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita, ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? Mais um momento, ainda bem menina, em que a escrita me apareceu em sua função utilitária e às vezes, até constrangedora, era no momento da devolução das roupas limpas. Uma leitura solene do rol acontecia no espaço da cozinha das senhoras:

4 lençóis brancos,
4 fronhas,
4 cobre-leitos,
4 toalhas de banho,
4 toalhas de rosto,
2 toalhas de mesa,
15 calcinhas,
20 toalhinhas,
10 cuecas,
7 pares de e meias,
etc, etc, etc (Evaristo, 2007, p. 16-17).

Como podemos perceber até aqui, Conceição Evaristo, dá uma estética própria para a escrita de suas personagens e conforme apresentado nesta última citação, o formato de se expressar na escrita tem diferentes significados. Assim, a escrita pode ser uma exteriorização

de sentimentos complexos como a existência e o seu propósito ou meras banalidades, isso porque há diferentes formas de manifestar a linguagem. Assim como, também, existem conformações diferentes da linguagem falada ou escrita, portanto, as pessoas através da escrevivência, independentemente do grau de formação escolar ou do status social conseguem transmitir o conhecimento adquirido através de suas experiências de forma original e expressiva.

Por fim, há uma ligação entre escrevivência, memória e história, e esse é um traço marcante, dado que, ao escrever sobre suas experiências, as pessoas podem resgatar memórias, ouvir os ancestrais e dar voz às narrativas que por muitas vezes foram marginalizadas. Essa dimensão de escrevivência pode ser relacionada a questões filosóficas sobre a natureza da memória, a construção da identidade e o papel da história na formação da subjetividade. Segundo Evaristo (2006), a escrevivência é uma forma de ouvir a voz dos nossos antecessores e legitimar a nossa fala:

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, libertam-se na vida de cada um de nós que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos (Evaristo, 2006, p. 103).

Em suma, embora esses elementos filosóficos não estejam explicitamente presentes no conceito de escrevivência e que o conceito nem tenha sido desenvolvido por Conceição Evaristo, de modo a servir uma dimensão filosófica. A verdade é que é possível e extremamente necessário fazer uma interpretação filosófica da escrevivência. Isto é, entendendo que a filosofia e a escrevivência operam no mesmo lugar de correlação de sentido, pois são práticas do cotidiano que se articulam, à medida que dão às pessoas a capacidade de explorar e entender as dimensões existenciais, éticas e estéticas da experiência humana.

1.3 Como os elementos presentes na escrevivência podem viabilizar o protagonismo acadêmico?

A escrevivência permite que estudantes participem ativamente de sua formação ao reconhecer a importância das narrativas pessoais e ao fortalecer a voz e a autonomia das mulheres negras. Isso ocorre, porque, através da escrevivência temos a possibilidade de

identificar e valorizar as experiências de comunhão, entendendo a origem, religiosidade e a comunidade como uma forma válida de adquirir, produzir e potencializar o conhecimento. Visto que, subverte a lógica vigente que busca colocar mulheres negras num lugar de subalternidade.

O corpo da mulher negra sempre foi estereotipado “como objeto e não como sujeito” (González, 2020, p. 43). Assim, esse corpo passou a ser categorizado como inferior por conta das opressões e violências impostas pela misoginia e pelo racismo, que são “permitidos pelo discurso dominante” (Gonzalez, 2020, p. 91). No entanto, a escrevivência possibilita um resgate para que estudantes assumam a importância das suas subjetividades na construção do conhecimento, trazendo suas perspectivas e vivências para enriquecer o debate acadêmico. Possibilita-se, portanto, romper com os estigmas e resgatar a humanidade que foi destituída dos corpos negros.

A escrevivência viabiliza o protagonismo acadêmico de pessoas negras ao atestar dignamente a individualidade e as experiências das pessoas que muitas vezes foram desumanizadas. Sobretudo, a escrevivência permite o estímulo de uma reflexão crítica e colabora para a construção de um ambiente acadêmico mais democrático e participativo. Um dos aspectos centrais que denota a importância de adotar a escrevivência como uma forma filosófica de aprendizado é a necessidade de questionar a ideia de que apenas o conhecimento acadêmico tradicional tem valor.

Djamila Ribeiro em seu livro “Lugar de Fala” nos alerta para os pressupostos de “quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são” (Ribeiro, 2019, p.25). Evidentemente, essa concepção ocasionalmente será expressa abertamente pelos corredores dos institutos filosóficos, mas muito se ouve pelo que não é dito. Propostas filosóficas que escapam ao cânone são vistas como inferiores e ficam fora das ementas obrigatórias, conseqüentemente, limitam a ressonância do pensamento e impacto social.

Por consequência, acarreta que estudantes que se interesse pelo assunto tenham que se esforçar muito mais para desenvolver pesquisas que escapam à esfera do que é tradicional. Outra característica importante para o debate é que, raramente há profissionais no corpo docente capacitados a orientar pesquisas a partir de filosofias africanas ou latinoamericanas. Enquanto os institutos filosóficos são inundados de especialistas em filósofos franceses, alemães, ingleses e gregos.

Por favor, não entendam mal esta colocação, o objetivo deste trabalho não é deslegitimar as demais produções filosóficas do mundo para afirmar uma filosofia brasileira.

Mas, sim reivindicar que se abra espaço para outras formas de filosofar para além da considerada tradicional. Haja vista que muitas vezes as iniciativas de uma abordagem inclusiva são definidas como movimentos identitários e reduzidas, porque toda vez que os discursos hegemônicos são confrontados pelas vozes dos “Outros”, isto é, segundo Sueli Carneiro (2023), das pessoas racializadas. A resposta dos espaços acadêmicos é que movimentos identitários não condizem com os parâmetros do que é considerado um saber científico, neutro, objetivo e que não há rigor metodológico.

Logo, não condiz com o cânone, por esse motivo outras epistemologias, ou seja, outras formas de conhecimento não são ofertadas na grade curricular obrigatória, para uma formação dita “superior”. Sendo assim, muitas vezes as reivindicações por estudos que escapam à esfera do tradicional não encontram lugar de fala e muito menos lugar de escuta. Ao explorar esta percepção de uma recusa do espaço acadêmico para abertura a novas abordagens só demonstra a relevância e necessidade de desenvolver uma maneira de potencializar o protagonismo acadêmico das pessoas racializadas. Em específico das mulheres negras que são atravessadas no mínimo por uma dupla opressão.

Portanto, ao fazer uma interpretação filosófica da escrevivência estamos desafiando a visão hierárquica do saber, ou seja, evidenciando que as vivências são múltiplas e assumem um papel impulsionador do sujeito que reverbera em um impacto significativo na produção do conhecimento. Segundo Conceição Evaristo, a escrevivência é intermediada pela escuta e flui através dos atravessamentos possibilitados pelo que é vivido.

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E, no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (Evaristo, 2011, p. 09).

Através deste resgate é possível expressar e refletir sobre as emoções, pensamentos e ações, bem como, sobre as experiências que nos formam. Sendo assim, conforme afirma Evaristo (2020) através da escrevivência, é possível desenvolver uma maior compreensão de si e dos outros, tal como, uma maior nitidez sobre os desafios e as possibilidades da vida. Além disso, Cida Bento (2022) assegura que todo grupo tem a necessidade de criar seus próprios referenciais para afirmar sua autoestima, para reconhecer seu autoconhecimento e para valorizar as suas características, de forma a consolidar-se enquanto sujeito.

Ao se apropriar de suas origens, encarando sua família, religião e cultura como fonte de saber e valoração, há um despertar de um senso de pertencimento. Assim, mulheres negras, podem se apropriar dos espaços acadêmicos sem precisarem abandonar suas subjetividades, logo, a potencialidade do protagonismo ultrapassa o campo das ideias, das emoções e esse pertencimento fica marcado na dimensão do espaço e tempo.

Pertencimento é uma questão presente no espaço e tempo no sentido de, como podemos incorporar a memória dos lugares se apenas passarmos por esses espaços sem que nossa existência seja reconhecida? Como nossa voz poderá marcar determinado tempo se ela não for assumida como válida? E escutada em pé de igualdade. Se pairar sobre as mulheres negras os estigmas da objetificação e dos silenciamentos é necessário desenvolver métodos para que estas pessoas também possam ser vistas e se fortaleçam como interlocutoras.

Dessa forma, a escrevivência fomenta práticas de potencialização das mulheres negras enquanto produtoras de conhecimento, encorajando estudantes a se expressarem e a se posicionarem como protagonistas em seu processo de aprendizagem. Isso porque, faz refletir a auto dignidade ao mesmo tempo em que ecoa uma coletividade. Um importante elemento presente na escrevivência é a abertura para o outro, para o diferente, isto é, partilhar da fala e estar aberto à aprendizagem pelo movimento da escuta.

A proposta da escrevivência vai de encontro com o objetivo da filosofia decolonial, que propõe evidenciar outras formas de filosofar, de aprender e compartilhar, para além do modelo eurocêntrico. Pois, segundo Evaristo “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p. 21). Ao registrar as vivências, as experiências e as perspectivas de outras pessoas são possíveis contribuições para a compreensão e para o enriquecimento mútuo.

Sendo a alteridade um elemento basilar para proporcionar o protagonismo acadêmico ao reconhecer a diversidade e a originalidade como potência. Haja vista, que a transgressão do termo é intencional, ao transgredir a norma culta da linguagem quem pratica a escrevivência abre as margens para mergulhar com profundidade nos elementos constituintes de sua formação como sujeito pleno.

“O levante da mulher preta é, portanto, o levante de sua comunidade, pois o que potencializa as mulheres pretas serve como combustível para a comunidade”

(Aza Njeri, Katiúscia Ribeiro, 2019).

CAPÍTULO 2. FILOSOFIA BRASILEIRA

2.1 A filosofia de mulheres negras brasileiras

Ao utilizar a expressão filosofia brasileira não se trata de uma definição, mas de um uso didático para expor que a filosofia abordada foi produzida em uma determinada época, sob uma determinada contextualização da língua e da cultura exercida. Logo, é importante deixar claro o entendimento de que a filosofia não é grega, alemã ou brasileira, as filosofias são uma prática humana que resultam de uma determinada forma de pensar e estão presentes nas mais variadas culturas ou circunstâncias.

Portanto, este trabalho se dedica a trazer um recorte da filosofia que é produzida no Brasil, por escritoras negras e estabelecer um fio condutor demonstrando como a filosofia se manifesta e é praticada de diferentes formas, independentemente de uma formação acadêmica em filosofia. As autoras apresentadas a seguir escreveram e escrevem sobre ideias filosóficas, pensando a realidade brasileira, assim, produziram uma filosofia profunda, autêntica e pautada no desenvolvimento do pensamento crítico.

Apesar dos esforços de definir, enquadrar e elitizar a filosofia como uma prática acadêmica, que vai de monastérios a universidades, feita por homens brancos e pessoas nobres, através de uma institucionalização do pensamento. A realidade que se impõe é que a filosofia está presente no cotidiano e pode ser exercida por qualquer pessoa que se proponha a raciocinar sobre questões existenciais.

Consequentemente, a filosofia é própria da condição humana e impacta direta e indiretamente a vida de todas as pessoas. Uma vez que a filosofia é vivenciada em todas as coisas, muitas vezes não sabemos reconhecer a filosofia ou, até mesmo, nos esquecemos da importância dela e de seu impacto na nossa vida em sociedade.

Mas, ao nos debruçarmos nos textos escritos por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro percebemos como as filósofas conseguem com maestria realizar uma aproximação entre a filosofia e a realidade que as norteiam. Ao ler a escrita de Carolina Maria de Jesus é palpável a filosofia de resistência⁷ presente no texto. Assim como, Djamila Ribeiro põem em debate o lugar social da mulher negra e sucintas reflexões e questionamentos sobre as possibilidades de fala e reconhecimento do corpo negro.

⁷ Termo utilizado pela Prof^a. Dr^a Georgia Amitrano, na disciplina de Estética III da Universidade Federal de Uberlândia na turma de 2022. Ao abordar em suas aulas a filosofia de Carolina Maria de Jesus a Prof. Georgia plantou a semente que viria florescer neste trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, estas são mulheres que revolucionaram o campo discursivo em suas áreas de atuação em determinado momento da história brasileira. Além disso, conseguiram romper com a barreira acadêmica que muitas vezes não sai do discurso ou das bolhas das especificidades, produzindo especialistas que falam para outros especialistas e restringem o debate.

Portanto, estas são filósofas que através do desenvolvimento dos seus pensamentos trouxeram mudanças efetivas para a sociedade. Por isso, ao rever a trajetória destas pensadoras precisamos escutar o saber filosófico e ecoar o conhecimento ancestral que transborda de seus textos. Na tentativa de articular como as autoras mencionadas conversam entre si, para além de gênero, raça, classe e território fazendo uma costura e deixando emergir a filosofia que impacta a vida social e reflete o poder de transformação.

2.2 Carolina Maria de Jesus

O lugar da mulher negra na produção do conhecimento no Brasil, na produção teórica e intelectual sempre foi demarcado por uma posição de subalternidade. Independentemente da área de conhecimento, na filosofia ou na literatura, as obras produzidas por mulheres negras sempre foram inferiorizadas ou relegadas ao esquecimento.

De acordo com Lélia Gonzalez (1984), isso ocorre porque, o pensamento misógino e racista vê o corpo da mulher negra somente como uma ferramenta de trabalho. Também há aqueles que enxergam a mulher negra sobre o estereótipo do corpo a serviço do prazer patriarcal, estimulado pelo pacto da branquitude⁸. Sabemos que também perpetua no imaginário brasileiro a representação da mãe preta, aquela que cuida e está lá para nutrir a continuidade da vida dos privilegiados⁹.

Segundo Gonzalez (1984), o lugar em que colocam as mulheres negras socialmente é determinado pela interpretação da dupla opressão, gênero e raça. Efetivamente, Gonzalez discorre sobre os estereótipos que demarcam a existência das mulheres negras no Brasil, sendo determinados por ela termos como *a mulata, a doméstica e a mãe preta*.

⁸ Segundo Cida Bento (2022), o pacto da branquitude não é algo verbalizado, mas que mantém o poder da hegemonia branca excluindo pessoas não brancas das esferas institucionais e de posições decisivas. Um movimento coletivo que marginaliza pessoas não brancas e coloca na conta da meritocracia os que conseguem ascender socialmente ignorando as estruturas racistas que o pacto alicerça.

⁹ O termo é colocado no sentido de fazer referência a uma classe específica de pessoas que exploraram o trabalho dos povos escravizados e após a abolição de 1888, continuaram explorando através do trabalho doméstico ou da criminalização dos corpos negros.

Sem dúvida, a vida e por consequência a obra de Carolina Maria de Jesus foi atravessada por todos estes estereótipos. Carolina Maria de Jesus foi uma menina audaciosa, uma jovem transgressora e uma escritora insurgente, quando conquistou o reconhecimento ainda era apenas mais uma entre milhares de mulheres negras que residiam em favelas. Contudo, em 1960, foi publicado o seu primeiro livro que conquistou o interesse das massas e uma admiração mundial, Carolina Maria de Jesus escreveu sobre as suas vivências e foi projetada para o mundo.

Um mundo racista e misógino que por muito tempo se limitou a definir a autora como a favelada que escrevia, mas apesar das infames reportagens e críticos que tentavam deslegitimar sua autoria e, dos esforços de apagamento. Definitivamente, o texto de Carolina foi e ainda é impulsionado pelo seu teor de resistência, pelo potencial de transformação e por sua crítica social. Então, ouvir o desabafo tão íntimo de Carolina Maria de Jesus é entender como ela conseguiu capturar a essência da sociedade brasileira.

A autora não possuía o conhecimento teórico que futuramente Lélia Gonzalez iria desenvolver, nem o acesso tecnológico possibilitado pelo contexto histórico-cultural que em 2019, iria projetar Djamilia Ribeiro para o mundo como uma autora que popularizou a filosofia. Mas, através da escrita de suas vivências a autora desenvolveu uma tecnologia de sobrevivência, pois foi com pouquíssimos recursos e muito propósito que Carolina Maria de Jesus foi uma pioneira e quebrou barreiras, fazendo com que sua voz fosse ouvida.

Sem dúvidas, Carolina Maria de Jesus possibilitou uma real reflexão filosófica, alertando ao mundo ainda nos anos sessenta, de que não fomos capazes de superar as mazelas oriundas da escravização e tão pouco encarar os abismos sociais provocados pelo colonialismo, escancarando de forma visceral o racismo epistêmico¹⁰.

A discussão proposta por Carolina Maria de Jesus no livro/diário/pensamento genuíno da autora faz com que qualquer leitor possa questionar o lugar que é destinado às mulheres negras no Brasil.

Conceição Evaristo, também faz esse questionamento ao colocar em debate no ensaio “Dos sorrisos, dos silêncios e das falas” (2009b) que a uma existência múltipla de materiais, seja por escrito ou representações gráficas para representar a mulher negra no papel da “mãe preta”. Isso ocorre porque quando se tem a mulher negra como objeto ela é destituída de subjetividades e passa a representar somente a função que exerce.

¹⁰ Expressão usada para representar o conceito que registra um conjunto de discursos e práticas que produzem cânones excluindo a produção intelectual, cultural e filosófica dos povos não brancos.

Logo, a mãe preta não pode exercer a maternância de seus próprios filhos e não é apresentada na literatura ou na cultura em geral como uma mulher completa, como protagonista, heroína ou fonte de inspiração, pois sobre as mulheres negras recaem sempre o papel da inferioridade.

Porém, Carolina foge do papel que a sociedade lhe reserva quando tem seu livro publicado e ao conseguir algum reconhecimento, ela faz isso evidenciando sua realidade, criticando o isolamento da mulher negra frente às possibilidades de vida. Segundo Carolina Maria de Jesus (1960), a mulher negra é “desgraçada”, e, quando é chefe de família e sem acesso à escolaridade, as oportunidades de existência se tornam escassas e essas mulheres são deixadas à margem da sociedade.

Então, devemos discutir quais são os pretextos utilizados para justificar a reprodução sistemática da miséria. Carolina Maria de Jesus, não foi acadêmica muito longe disso, para os padrões da norma culta de linguagem ela era semianalfabeta, no entanto, o que destaca sua obra não é como ela escreve, mas sim, o que ela escreve e por qual sentido ela escreve. Mesmo tendo seu corpo e sua existência marcada por estereótipos que buscavam limitar sua potência, Carolina Maria de Jesus escrevia, e a partir da escrita de suas vivências, ela existe. Com isso, a escritora refletia sobre a sociedade, sobre política, sexualidade, liberdade e relações de poder.

Quando uma mulher subalternizada como Jesus, se dispõe a escrever e rompe com o lugar que normalmente lhe é reservado, há uma ruptura dos padrões estruturais. Pois, a mulher negra pode cozinhar, lavar, limpar ou cantar, dançar e até mesmo se prostituir, mas escrever não, escrever, ler e entender as estruturas de poder é um exercício reservado para poucos. Escrever e ser reconhecida como uma pessoa capaz de produzir conhecimento é um privilégio no Brasil, conforme nos aponta Evaristo (2007).

Fisicamente e economicamente, Carolina Maria de Jesus foi forçada a um lugar de marginalidade e invisibilidade, contudo, algo nela não se resignou e ela se manifestou através da escrita e afirmou sua existência, sendo assim, não estaria ela praticando a escrevivência?

Sem dúvidas, Carolina foi uma agente de transformação, que apesar de todas as dificuldades, mesmo assim, via o que era belo e interpretava a beleza do mundo, Carolina Maria de Jesus enxergava a miséria a sua volta e criticava a indigência no qual as pessoas eram expostas a partir de uma necessidade genuína de busca por entendimento, explicações e transformações, logo, não seria isso um ato de filosofar?

Assim como um dos maiores filósofos da antiguidade, Carolina Maria de Jesus também questionava e contemplava o belo, no seguinte trecho ela filosoficamente descreve:

...O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astro rei sempre pontual para despontar-se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe (Jesus, 1960, p. 46).

Carolina Maria de Jesus intuía um pensamento que em muitos aspectos se parece com o de um dos mais renomados filósofos da história ocidental, ela não teve acesso ao conhecimento ou aos escritos do filósofo grego, porém manifesta o mesmo comichão, o mesmo desejo por saber que Platão exhibe em seus textos¹¹.

Diante disso, podemos constatar que Carolina Maria de Jesus desenvolveu um pensamento crítico da realidade, porque seus diários continham uma verdade reconhecida universalmente, mas ao mesmo tempo a autora consegue se conectar com a singularidade das pessoas que lêem os fragmentos de sua existência. Ao ler os textos de Carolina refletimos a partir da concepção de mundo que ela viveu, criou e escreveu.

Definitivamente, não é preciso ter passado fome ou ter vivido na miséria para se conectar com que ela escreve, pois ela faz uma crítica ordenada, mas também aborda múltiplos aspectos reflexivos que possibilitam a conexão com seu leitor. Afinal, todos em algum momento da vida pararam para contemplar uma flor, um céu estrelado ou admiraram o silêncio, mas também tentaram analisar as estruturas políticas, a estética predominante e o sentido da vida.

Bom, sem dúvidas, todos estes apontamentos presentes no texto de Carolina Maria de Jesus trazem um caráter filosófico e a autora se expressa de forma nítida e traz em seu texto um potencial de transformação, independentemente de normas ortográficas. A filosofia de Jesus informa uma perspectiva íntima do que é ser uma mulher negra na sociedade brasileira, mas o teor especulativo de sua escrita permite uma generalização da vivência trazendo um impacto social.

Isso porque, ela retrata as sutilezas do cotidiano ao mesmo tempo em que dá voz às suas angústias. Carolina descreve a fome, mas não é só na favela que as pessoas têm fome e nem só por comida as pessoas anseiam. Temos fome de saber, de cultura, de lazer, e

¹¹ É possível encontrar correlatos de sentido filosófico na escrita de Carolina Maria de Jesus que também estão presentes no livro “Banquete” e “A república” de Platão.

principalmente de reconhecimento. Antes de tudo, a escrita de Carolina de Jesus tem uma filosofia de resistência, ela não aceita o lugar que lhe é destinado socialmente e através da escrita se refugia ao mesmo tempo em que se afirma como um sujeito pleno, repleto de humanidade. Isso porque a autora compreende o poder da escrita e da leitura, um poder que na mão de poucos condena muitos à subordinação.

Segundo as palavras de Carolina Maria de Jesus, quem domina a leitura toma para si a direção de sua vida e a escritora se apropriou da escrita num movimento síncrono de apropriar-se de si.

Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se se desajustarem na vida, poderão reajustar-se. Li “Farmácia Modelo”. Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares. Mamãe assustou-se. Interrogou-me: - O que é isto? Está ficando louca? - Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler! Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance A Escrava Isaura (...). Eu lia o livro, retirava a síntese. E assim foi duplicando o meu interesse pelos livros. Não mais deixei de ler (Jesus, 2007, p. 154).

Por isso, Jesus satisfaz sua fome de existir se apropriando de suas histórias e fazendo sua própria narrativa, seja em diários, músicas, prosas ou na literatura. Carolina Maria de Jesus foi chamada por muitos como “a favelada que escrevia”. Porém, esse tipo de descrição não contempla a riqueza e pluralidade contida em suas obras. Em um lugar onde mulheres pretas são constantemente invisibilizadas, é fácil perceber os pretextos utilizados para desqualificar sua obra e a tentativa de apagamento do seu legado. Uma vez que, quando uma mulher negra se reconhece como um sujeito digno e é reconhecida mundialmente, ela sai da base da pirâmide social e isso sem dúvidas abala o racismo em sua mais profunda estrutura.

Isto posto, podemos afirmar que Carolina Maria de Jesus trabalhou arduamente, durante toda a vida para alcançar algum reconhecimento, ela não desistiu de seus sonhos, mesmo quando tudo indicava qual era o seu “lugar”, segundo a forma como a sociedade brasileira se estrutura, para Jesus, somente restaria subsistir na marginalidade, na favela. Porém, ela nunca aceitou o papel que lhe foi destinado e buscou refúgio na única coisa que lhe trazia pertencimento, a escrita. E, através da persistência, ela encontrou reconhecimento e foi alçada às mais altas rodas sociais do Brasil.

No entanto, sua perseverança não deve ser confundida com meritocracia, muito longe disso, visto que vivemos em “uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito racial vendido como liberalismo meritocrático” (Bento, 2022, p.40). Carolina Maria de Jesus foi excepcional sim! Porém, é preciso entender que ela foi uma exceção, a grande maioria das

mulheres negras permanecem e perecem em funções subalternas, sendo silenciadas. Sueli Carneiro nos lembra de que:

De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina no país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial (Carneiro, 2011, p. 119).

Posto isso, é nítido o pretexto de meritocracia que torna a existência de mulheres negras que conseguem se destacar solitárias. As instituições estão reforçando a ideia de que não há espaço para muitas. Logo, até mesmo aquelas que conseguem chegar lá, no tão sonhado espaço de reconhecimento não possuem garantia de êxito. Uma vez que seu pensamento, suas obras e sua posição são constantemente colocadas à prova, não basta conseguir uma certificação universitária ou publicar um livro, para legitimar sua capacidade de entender e interpretar a sociedade.

Dado que, intelectuais negras sempre estiveram perigosamente isoladas, desbravando campos inexplorados devido à limitação do olhar hegemônico, assim, fica fácil o esforço de invisibilizar o trabalho dessas mulheres. Por isso, é preciso sustentar que o racismo epistêmico anula as subjetividades e a pluralidade de pensamentos e pauta os currículos acadêmicos, portanto, é urgente a necessidade de trazer novas alternativas para contrapor os silenciamentos, ou melhor, o epistemicídio. Esse termo, na interpretação e ressignificação feita por Sueli Carneiro descreve visceralmente os impactos do percurso escolar de formação na vida de pessoas negras:

O epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro. A exclusão racial via o controle do acesso, do sucesso e da permanência no sistema de educação manifesta-se de forma que, a cada momento de democratização do acesso à educação, o dispositivo de racialidade se rearticula e produz deslocamentos que atualizam a exclusão racial (Carneiro, 2023, p.109).

Ainda nas palavras da filósofa:

A exclusão escolar comumente reportada nas pesquisas sobre raça e educação, sobretudo no ensino fundamental, assumem novas configurações quando os negros adentram os níveis superiores de educação, em que uma trajetória escolar tumultuada e um processo cumulativo de inseguranças em relação à própria capacidade intelectual confrontam-se em toda a sua dramaticidade (Carneiro, 2023, p.113).

Ao fazer uma articulação entre a vida e obras dessas pensadoras podemos encontrar justificativas desenvolvidas academicamente e muito bem fundamentadas para um sentimento

coletivo que foi capturado pela escrita de Carolina Maria de Jesus. Jesus, simbolicamente, consta nas estatísticas das pesquisas que visam mensurar a exclusão escolar, uma vez que a ela foi negado o acesso ao ensino devido a precariedade na qual sua vida foi exposta socialmente. Naquele tempo não havia pesquisas e nem sequer um debate público sobre o acesso à escolaridade de pessoas negras, mas havia Carolina Maria de Jesus, escrevendo e demonstrando a potência de uma mulher negra apesar de todas as barreiras impostas.

Ainda assim, apenas podemos imaginar as inseguranças e os impactos psíquicos que a ausência de uma formação escolar causou em Carolina Maria de Jesus, já que ela foi uma intelectual que consegue expressar sua genialidade, mas em certa medida, assim como inúmeras outras mulheres negras, ela teve seu potencial limitado devido a exclusão, a inferioridade e a desumanização de seu corpo.

Afinal de contas, como é possível manter a dignidade, quando não se é ouvida ou quando se é tratada como objeto? Como escapar dos ciclos de opressões e se afirmar plenamente, quando lhe é negado à subjetividade? Talvez o caminho para responder essas perguntas possa passar pela escrevivência, pela filosofia e transcender no reconhecimento. Assim, Evaristo pontua a diferença da reprodução de estereótipos para uma representação que conecta mulheres negras, afirmando que:

Sendo as mulheres invizibilizadas, não só pelas páginas da história oficial, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos da segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizar (Evaristo, 2005, p. 205).

Se, por um lado, o pensamento filosófico analisa e crítica às estruturas que objetificam os corpos negros. A escrevivência, por outro lado, potencializa a fala de um corpo que vivência e num exercício de autoafirmação pleiteia novas posições nas relações de poder. Portanto, Carolina Maria de Jesus resistia e no ato da escrita deu vida a uma forma de filosofar e sem dúvidas a escrevivência está presente em suas obras.

2.3 Lélia Gonzalez

Escrever sobre Lélia Gonzalez é um enorme desafio devido à amplitude, riqueza e complexidade da obra que ela produziu. Isso porque a autora pesquisou e escreveu sobre assuntos, até então, inexplorados academicamente. Dado sua formação interseccional a obra de González possui múltiplas camadas e pode ser analisada por uma perspectiva histórica, antropológica e psicanalítica, mas o principal interesse deste trabalho é a vertente filosófica que articula toda a produção da autora.

Na tentativa de descrever a pensadora podemos recorrer à descrição mais completa e sucinta já vista sobre Lélia Gonzalez, nas palavras de Raquel Barreto (2019), Gonzalez é “uma intelectual completa”. No currículo de Lélia Gonzalez consta a graduação em filosofia e história, doutorado em antropologia, ela foi ativista das causas raciais, professora militante e pesquisadora.

Definitivamente, a proposta desse trabalho é tentar se concentrar no teor filosófico desenvolvido por Lélia Gonzalez, mas dado o intrincamento dos temas abordados pela pensadora, isso se torna um desafio. Uma vez que Gonzalez reflete, pesquisa e expõe questões que marcam a condição do sujeito negro na sociedade de forma ampla. Por isso, para direcionar o estudo inicialmente foi abordado um recorte mais detalhado do texto, ou melhor, dizendo, da fala “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 1984)¹².

O elemento central desta obra consiste em abordar o gênero, a raça e a classe, assim, Gonzalez constrói um argumento que apresenta o mito da democracia racial¹³. A partir da representação de estereótipos que compõem o que ela denomina como *a mulata, a doméstica e a mãe preta*. Segundo a filósofa, haveria uma ausência de articulação no campo acadêmico para pensar fatores estruturantes da sociedade e a partir dessa lacuna Lélia Gonzalez emerge de forma insurgente se tornando uma referência ao se pensar em uma filosofia brasileira.

A partir do mito da democracia racial Gonzalez estrutura seu pensamento e elucida qual é o lugar do negro na sociedade, uma sociedade que é heterogenia, mas que sempre vincula pessoas com traços negroides a posições subalternas. Na citação a seguir podemos

¹² O texto é uma transcrição da fala de Lélia Gonzalez na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1980.

¹³ O mito da democracia racial possui como elemento constitutivo alguns processos históricos provocados pelo colonialismo e pelo processo escravocrata, vários intelectuais fomentaram essa ideia, mas o autor consagrado como grande difusor do mito da democracia racial é Gilberto Freyre na obra “Casa Grande, Senzala”.

perceber como a autora explicita o mito da democracia racial e a falácia da meritocracia de forma a construir uma crítica.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto” (Gonzalez, 1984, p. 226).

A filosofia de Lélia Gonzalez escancara e desmontam as teorias de determinados intelectuais ao mesmo tempo em que enriquece o debate com elementos latentes como a questão das “feições finas”, a partir de uma simples expressão ela demonstra a sofisticação das manifestações racistas, que atingem todas as pessoas negras, porém em graus diferentes.

Outro aspecto marcante na fala de Lélia Gonzalez, que se articula profundamente com o objetivo deste trabalho, é a noção que ela nos dá sobre a linguagem epistêmica e suas formas de manifestações. No trecho a seguir podemos ver como a filósofa aborda alguns elementos discursivos:

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética (Gonzalez, 1984, p. 226).

Certamente, podemos perceber como Gonzalez aborda essa ideia de consciência a partir do campo do discurso e da linguagem, construindo uma razão, isto é, uma verdade absoluta que é imposta pela história colonialista e opressora, logo, a consciência das pessoas racializadas é limitada pelo discurso dominante. Já, a memória, essa simplesmente foi retirada dos povos negros seja pela tentativa de apagamento de seus nomes, fé ou cultura. Acima de tudo, retirar o direito à memória é deslocar o entendimento das pessoas enquanto sujeitos históricos, pessoas que pertencem a uma determinada cultura.

Por isso, abordamos a escrevivência como uma metodologia filosófica que proporciona um resgate histórico, enquanto propicia a noção de pertencimento. Visto que, este

apagamento intencional da memória negra visa colocar as pessoas apenas como descendentes de povos escravos, negando assim uma ancestralidade rica de representações positivas que podem fortalecer a construção identitária das pessoas negras.

Ao debater o racismo e o sexismo, Lélia Gonzalez, demarca a importância da interseccionalidade para analisar os apagamentos e silenciamentos das mulheres negras na sociedade, assim, a autora faz uma concepção da dupla imagem que sempre está associada há pelo menos duas formas de opressão. Em sua fala Gonzalez, escancara estereótipos e mostra como as opressões se interseccionam ao ponto de as pessoas não conseguirem se relacionar, enxergar ou entender que estão sofrendo racismo. Para Lélia Gonzalez, o racismo no Brasil é uma construção ambígua que parte de uma denegação do desejo e que a autora associa a uma neurose cultural.

Isso acontece, porque há um processo de alienação colonialista que visa criar sujeitos desprovidos de humanidade, as estruturas raciais veladas não permitem que pessoas se enxerguem enquanto sujeitos negros e construam uma identidade a partir da noção de reconhecimento. Neusa Santos Souza (1983), afirma que:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p.18).

Portanto, Souza é uma importante intelectual que através do seu estudo e obra nos ajuda a entender o impacto do racismo no desenvolvimento da identidade de pessoas negras. Assim como, não restam dúvidas de que o Tornar-se Negro está intrinsicamente ligado ao objetivo central deste trabalho, pois almejasse fazer um resgate das vivências de mulheres negras sob a luz de uma pesquisa acadêmica.

Com o objetivo de fomentar o reconhecimento e o pertencimento como um modo de potencializar a formação de mulheres negras. Dado que, as experiências, as narrativas e a escrita são matéria-prima para transformar a prática em teoria, em uma produção de conhecimento, articulada com referências filosóficas que permitam uma identificação.

Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito de ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É a ela que, articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindicado como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (Souza, 1983, p.18).

Logo, o tornar-se negro é um processo de emancipação que visa restituir às pessoas a capacidade de se verem ocupando todos os espaços da sociedade e não somente posições subalternas.

Em suma, a articulação dessas autoras nos ajuda a encarar como os estereótipos assombram o corpo da mulher negra e ao inverter a lente de análise, Gonzalez (1984) critica o sistema que oprime os corpos negros.

Assim, ela assume uma posição de fala ativa num ambiente em que durante muito tempo o corpo negro foi falado em terceira pessoa. Conforme aponta Ribeiro (2019), “A voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante”, isso porque quando uma mulher negra se muni de sua voz, ela afirma sua existência e promove uma disputa de narrativas, desestabilizando o discurso hegemônico.

Segundo Gonzalez (1984) a mulher negra é infantilizada como se não possuísse a capacidade intelectual de falar por si. Por esse motivo é tão significativo o marco que Lélia Gonzalez estabelece na filosofia, ela é insurgente ao cabo que fortalece um discurso no campo acadêmico. Mas, também é subversiva, pois realiza o feito de sair do campo teórico, Gonzalez expande o debate acadêmico ao abordar a interseccionalidade e coloca ativamente as mulheres negras como elementos centrais para o desenvolvimento da sociedade.

Contudo, para abarcar os vastos conceitos apresentados pela filósofa e articular com a proposta deste trabalho foi preciso recorrer a outras obras da autora, mesmo ainda não tendo esgotado as articulações presentes no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 1984).

A maneira como Lélia Gonzalez expõe o lugar destinado às mulheres negras, dialoga intimamente com os textos de Carolina Maria de Jesus, visto que, Gonzalez desenvolve explicações coesas para os sentimentos e inquietações que o livro “Quarto de Despejo” transmite. Muitos criticaram o fenômeno mundial que foi o lançamento de Carolina Maria de Jesus como escritora, argumentando que ela escrevia “errado” e até suspeitaram da originalidade de seus textos. Pois, segundo alguns críticos, Carolina Maria de Jesus cometia “erros” grotescos ao mesmo tempo em que usava palavras complexas e inusuais para o vocabulário de uma moradora de favela.

Mas, sabemos que isso é apenas mais um reflexo da linguagem epistêmica imposta pela classe dominante que se julga correta perante a violência que emprega. Todavia, o que não se evidenciava na época do lançamento do livro de Carolina Maria de Jesus é que a

escritora trazia em seu texto uma herança linguística, o que muitos consideram falar “errado” e que é costumeiramente associado à burrice.

Segundo Lélia Gonzalez, nada mais é do que um reflexo de um falar ancestral, que herdamos dos povos que foram escravizados e que precisaram se adaptar forçadamente à cultura do colonizador. Ao ler os textos de Gonzalez ficam nítidos alguns fenômenos de opressão, mas também, os fenômenos de resistência que antes do pensamento desenvolvido pela autora ainda não tinham sido trazidos à luz do debate acadêmico. A partir disso, Lélia González trouxe um argumento fundamentado para explicar o que ela chamou de pretoguês:

[...]aquilo que chamo de “pretoguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos” e de “crioulos”, os nascidos no Brasil), é facilmente constatável sobretudo no espanhol na região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (Gonzalez, 1988, p. 70).

No entanto, este foi apenas um ponto de partida para uma análise mais profunda que levou a filósofa a pensar no contexto da América Latina. Visto que a partir do desenvolvimento de uma tese que analisa as características do Brasil ela demonstra um caráter transnacional do racismo. O racismo foi uma engrenagem fundamental para a fundamentação do colonialismo no sul global e ainda é, conforme afirma Sueli Carneiro (2023) um dispositivo para a manutenção do poder.

Lélia Gonzalez propôs muitas perguntas e buscou respostas, pois se tratava de uma filósofa genuína. Ela inquietou-se ao analisar as violências psíquicas e os sofrimentos raciais usando do espaço acadêmico não somente para produzir conhecimento, mas, também para se autoconhecer e transformar uma experiência que poderia ser particular, num movimento coletivo. Sob a luz do entendimento dos textos de Lélia podemos enxergar como as experiências pessoais permitem uma compreensão das cenas cotidianas de racismo.

A autora nos traz uma perspectiva de reflexão sobre a persistência e as mais variadas formas de reprodução do racismo na sociedade. Isso ocorre, dado o sentido universalizante proposto em seu trabalho, pois os atravessamentos violentos nos corpos negros passam pela

fundamentação de um Dispositivo de Racialidade¹⁴ que impacta a vida de todos numa sociedade estruturalmente racista.

Enquanto professora universitária Lélia levou a sua militância para o campo acadêmico e não renunciou às suas subjetividades e vivências para ser aceita e marcar sua presença no campo acadêmico. Ao acreditar no poder da organização Gonzalez fez ecoar a potência de seu pensamento transformador pelo mundo, contudo, há uma limitação de acesso discursivo que estabelece quem pode falar. Assim como, quem é mencionado ou quem é citado ou não, nos trabalhos acadêmicos, essa limitação fez com que Lélia Gonzalez não tivesse um reconhecimento compatível à grandeza de sua obra.

Isto é, precisamos reparar que nos institutos de filosofia há pessoas que são autorizadas e reconhecidas por produzir filosofia, enquanto, outras são marginalizadas. Essa noção eurocêntrica de que existe uma filosofia mais filosófica, associada ao racismo e a misoginia fez com que Lélia Gonzalez em vida não tivesse seu trabalho devidamente valorizado e prestigiado, exemplo disso, é que ela não ocupou uma cadeira titular na universidade.

Admiravelmente, o olhar filosófico que Lélia Gonzalez desenvolveu, rompeu barreiras e ganhou o reconhecimento por diversos países, no entanto, o racismo epistêmico não permitiu que ela afirmasse seu lugar no tempo e espaço em que viveu. Ocupar o mesmo lugar de destaque que seus colegas, homens brancos, foi um desafio que as limitações do cânone não a permitiram acessar. E, o fato de ter sido pioneira não lhe garantiu visibilidade.

Homens brancos por muito menos feitos ganham bustos, honrarias e homenagens, no entanto, no ano de falecimento de Lélia Gonzalez, ela nem mesmo ganhou um obituário em jornais de grande circulação. A perda acadêmica foi significativa com sua morte precoce, ainda assim, para a memória das instituições mais tradicionais Lélia Gonzalez nunca esteve viva, visto que não reconheciam seu trabalho.

Este silenciamento, infelizmente, tende a se repetir porque as pessoas se limitam a citar os autores já consagrados pelo cânone e raramente vão além dos clássicos que lhes são apresentados em sala de aula. Não há dúvidas de que houve uma tentativa de apagamento sobre a obra de Lélia Gonzalez, uma vez que ela não permaneceu viva na memória das

¹⁴ Conceito desenvolvido por Sueli Carneiro que situa a questão racial na esfera das relações de poder e visa demonstrar como foi constituído um conceito de raça a fim de fabricar uma desumanização das pessoas racializadas.

instituições. Visto que, reconhecer o trabalho dela envolve incluir seu nome na memória institucional das universidades e nas ementas obrigatórias, para manter viva a sua voz.

Obviamente que não poderiam limitar o pensamento desenvolvido por autoras tão geniais como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, inúmeras pessoas por iniciativas pessoais muito atreladas ao reconhecimento e representatividade buscam manter viva a memória e difundir a obra dessas autoras, inclusive, este trabalho se dedica a isso.

Mas, é inegável que o alcance e impacto do pensamento desenvolvido por autoras negras, no geral, são limitados nas instituições de ensino, e, suas obras são inferiorizadas independentemente do teor de genialidade. Simplesmente porque o sistema acadêmico reproduz um comportamento machista, misógino, coercitivo e objetificador das mulheres e em específico um ambiente que reduz e desqualifica o trabalho de mulheres negras.

Consequentemente, ao invisibilizar as obras de pensadoras negras há uma perda de amplitude e relevância do debate acadêmico. Pois, são as mulheres negras que sustentam a estrutura piramidal deste país, à vista disso, é crucial analisar e entender os condicionamentos impostos a essas mulheres. Lélia Gonzalez refletiu a respeito do lugar e do papel das mulheres negras no Brasil, e extrapolou a discussão para além do campo das relações de trabalho no qual a maioria das mulheres negras está sujeitada.

Em outras palavras, a filósofa e feminista reconhece a existência da mulher negra para além do universo do trabalho doméstico ou de funções subservientes. Quando ela fala desse fenômeno na sua obra, a autora aborda este assunto tendo em vista a mulher no ambiente de trabalho, mas também a mulher negra em outros ambientes sociais e culturais.

Como, por exemplo, quando Gonzalez trás o foco para o lugar e o papel da mulher no universo da cultura, principalmente no caso do carnaval, mas também pensando no universo do cinema, teatro e da televisão. Ora, Lélia pensava na condição da mulher negra no trabalho a partir de suas representações e interpretações sociais.

Assim, ela proporciona uma reflexão comparativa entre o lugar de subalternidade e o lugar de vulnerabilidade extrema. Visto que, até no campo da cultura, no qual as mulheres acessam uma visibilidade maior, há uma inferiorização, pois segundo Lélia Gonzalez, sobre as mulheres negras sempre paira o signo da objetificação. Para aquelas poucas que escapam a peste da miséria sobra-lhes um limite imposto socialmente que a barreira de serem tratadas como coisas descartadas e substituídas. Pensar esta questão sob a luz do texto de Lélia Gonzalez nos faz refletir sobre as diversas formas de experiências raciais, trazendo para o

debate acadêmico a reflexão sobre a produção de vida e experiências únicas vivenciadas por mulheres negras.

Por conseguinte, o desenvolvimento da escrevivência como uma tecnologia de resistência visa fortalecer a identidade de mulheres negras, pois é uma forma de intensificar as subjetividades e permite a afirmação de suas capacidades intelectuais.

2.4 Sueli carneiro

A produção acadêmica filosófica brasileira foi fundada a partir de um pensamento eurocêntrico desenvolvido por homens brancos e apesar de muitos esforços o cânone reluta em consagrar autoras que tornam a filosofia plural e diversa como Sueli Carneiro. No entanto, cada vez mais mulheres negras ocupam as universidades e clamam por referenciais que as contemplam e que propõem abordagens múltiplas, capazes de romper com o estereótipo do filósofo descortinando as limitações do cânone.

Este trabalho se propõe a fazer ecoar vozes de mulheres negras que através de suas produções combateram os silenciamentos ou podemos dizer o epistemicídio. Sueli Carneiro forjou em sua tese “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, uma arma que mira diretamente no problema estrutural que é encoberto pelo mito da democracia racial e para fins de citação usaremos sua produção mais recente, o livro “Dispositivo de Racialidade” que é resultado de sua tese.

Novamente, fica palpável as limitações das instituições acadêmicas e a ausência de reconhecimento perante a produção acadêmica desenvolvida por mulheres negras. Sueli Carneiro finalizou e apresentou sua tese em 2005, no entanto, a própria autora relata que estava trabalhando na ideia em meados dos anos 80, um trabalho de proporção irrestrita, mas que devido às dificuldades das condições impostas às mulheres negras demorou anos para ser produzido. Em “Sueli Carneiro-Relatos de um Brasil Negro” Borges, relata:

Sueli regressou aos bancos escolares para cursar o mestrado, começando o curso em 2000. Nesse percurso, retomou o pensamento de Foucault, tema de pesquisa já explorado nas suas primeiras incursões na pós-graduação em 1984. Quase vinte anos depois, retornou à academia e ajustou contas com o seu projeto de mestrado inconcluso (Borges, 2009, p.94).

Demorou ainda mais tempo para que sua obra fruísse de uma publicação compatível à grandeza do pensamento desenvolvido. Isso não ocorreu por falta de empenho da filósofa,

foram anos de militância produzindo ativamente, para assegurar sua posição como intelectual brasileira, ainda segundo Borges,

A magnitude dos efeitos do racismo exige voo teórico elevado, que Sueli alça com competência. Com base nos conceitos de dispositivo e de biopoder de Michel Foucault, concebidos por ela como ferramenta extraordinária para compreender a engenharia racista, desenvolveu uma pesquisa que culminou numa fundamentação densa que explicava a lógica de funcionamento do racismo no Brasil como negação do outro (Borges, 2009, p.94-95).

Todavia, apesar de Sueli Carneiro, ter sido pioneira abordando discussões no campo acadêmico ainda inexistentes nos anos 80 como noção de biopoder e o que viria a ser chamado necropolítica. Mas, a realidade é que as instituições preferem abordar em seus currículos autores como Achille Mbembe e outros homens que tiveram sua formação acadêmica no norte global, para abordar os mesmos temas. Mesmo que Carneiro, já estivesse trabalhando nos conceitos muito antes, a tendência academicista é valorizar e priorizar o que é produzido por homens a partir de uma linguagem eurocêntrica.

Essa crítica não é feita com o objetivo de deslegitimar a obra e o pensamento desses autores, que são geniais e revolucionários em seus campos de atuação. Mas, é com o objetivo de demonstrar que há uma intelectual brasileira, pensando e desenvolvendo sua obra a partir do contexto histórico-cultural brasileiro. Logo, não há necessidade além do duplo atravessamento do sexismo e racismo para buscar autores que precisamos fazer distorções da teoria para ler a experiência brasileira.

A invalidação das obras produzidas por mulheres negras faz com que uma teórica e ativista como Sueli Carneiro seja ignorada. Sobretudo, a filósofa elaborou conceitos a partir das lutas antirracistas do Brasil, diante disso, não há razões para que sua obra não conste nos currículos obrigatórios como uma referência sem distorções, pautada no percurso da construção histórica de se pensar o Brasil.

Sueli Carneiro, faz uma potente articulação dos pensamentos desenvolvidos por Boaventura de Souza Santos, Charles Miles, Michel Foucault, entre outros, inaugurando o debate que traz como foco central a realidade brasileira. O interesse da autora não é reverenciar o pensamento hegemônico acadêmico que tem como origem o pensamento desenvolvido no norte global, visto que, a filósofa tem plena consciência de como seu corpo é visto e representado de forma estereotipada.

Mas, ela se apropria de conceitos, dialoga com a hegemonia e a partir do lugar de condicionamento subalterno que é atribuído às mulheres negras, ela desenvolve um

pensamento original que impulsiona a transformação e a libertação. Vejamos o trecho de abertura do livro de Carneiro (2023):

Falarei do lugar da escrava. Do lugar dos excluídos das res(pública). Daqueles que na condição de não cidadãos estavam destituídos do direito à educação. Giriço-me a ti, Eu Hegemônico, falando do lugar do “paradigma do Outro”, consciente de que nele é que estou inscrita por ti e que, “graças” a ele, expectativas se criaram em relação a mim. Estou ciente de que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar, já que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação (Carneiro, 2023, p.9).

Sueli Carneiro, assim como, as outras pensadoras mencionadas neste trabalho, desenvolve sua obra pensando criticamente as relações sociais e suas dinâmicas de afirmação de poder. Ao cabo que Carneiro, revoluciona o campo acadêmico ao desenvolver um argumento racional lógico usando os próprios artificios do “Eu Hegemônico”, isto é, a branquitude.

Segundo Cida Bento (2022), a hegemonia produz uma “ignorância branca” que cria um pacto para ignorar as violências impostas ao “Outro” e nas palavras de Sueli Carneiro “Na construção do Outro como ameaça e perigo, a interdição implica negar a admissão do Outro plena humanidade” (Carneiro, 2023, p.122). Fazendo-se assim manter o silêncio que fortalece os privilégios da branquitude em busca da autopreservação.

Por isso, é tão importante essa noção de dispositivo de racialidade desenvolvida por Sueli Carneiro, porque a filósofa implica aos brancos as dimensões e as discussões sobre o racismo, pois quem criou, desenvolveu e aprimorou o dispositivo para se beneficiar é quem precisa fazer uma revisão histórica e comportamental. Sueli Carneiro esmiúça a encrenca que é a condição das pessoas negras na sociedade brasileira ao dialogar com autores que orientam a voz do cânone.

Desta forma, ela usa da autoridade e se coloca no mesmo patamar de intelectualidade como para refutar ideias, propor novas abordagens e para além, supera a proposta original do conceito expandindo a noção de dispositivo proposto por Foucault. Isso ocorre, porque a autora possui um olhar crítico e reflete a partir dos referenciais acadêmicos e de vivências, para entender como as relações de poder acontecem e como as pessoas estabelecem relações de saber e de subjetivação.

É neste sentido que Carneiro estabelece:

Proponho neste livro que a composição do dispositivo de racialidade com o biopoder se torna mecanismos de dupla consequência: promoção da vida dos brancos e

multicídios de negros na esfera do biopoder. Sob a égide do dispositivo de racialidade afigura-se a inclusão prioritária e majoritária dos racialmente eleitos nas esferas de reprodução da vida – ao mesmo tempo a inclusão subordinada e minoritária dos negros que eventualmente sobreviveram às tecnologias de morte do biopoder (Carneiro, 2023, p.85).

A filósofa, militante do movimento negro e doutora em educação aborda em sua produção acadêmica diversas questões, inclusive relacionando raça, gênero e direitos humanos, expondo o racismo, o sexismo e o epistemicídio que ocorre no Brasil.

O foco deste trabalho não é produzir uma minibiografia das autoras apresentadas, mas mostrar como os conceitos abordados por elas se encadeiam e como elas desenvolveram uma filosofia original, comprometidas com as suas realidades, expandindo o diálogo e proporcionando um debate transformador. A vida e obra dessas autoras se complementam, na medida em que elas escrevem sobre suas vivências, partilhando de experiências em comum dado o marcador de serem mulheres negras.

Por isso, é sempre bom evidenciar a trajetória de uma pensadora que é referência intelectual e ativista em conquistas tão importantes como a política de cotas raciais que permite o acesso de mais pessoas negras as universidades e principalmente fortalece a comunhão nos espaços acadêmicos onde pessoas racializadas podem se organizar em coletivo apaziguando o sentimento de solidão.

Ainda nos anos 70, Sueli Carneiro trilhava um caminho solitário sendo a única estudante negra na sua turma de graduação em filosofia pela USP (Universidade de São Paulo), ela foi uma ativista política que se colocou a serviço do combate ao racismo e sexismo. Nas palavras de Borges (2009), “Sueli é essa voz insólita. O trânsito pelos domínios de raça e de gênero resulta da capacidade de compreender a inevitabilidade de uma síntese que estará na base da identidade e do lugar social da mulher negra” (Borges, 2009, p. 17-18).

Sobretudo, Sueli Carneiro versa sobre conceitos inexplorados como o biopoder e contrato-racial colocando em debate teorias negras produzidas no Brasil e por pessoas da diáspora africana. A sua concepção visa demonstrar como a organização social se estabelece a partir do conceito de raça e se fundamenta no racismo. Deste modo, Carneiro comprova a impossibilidade de uma democracia racial brasileira, porque esta sociedade cria mecanismos de funcionamento para a autoconservação. Sendo assim, o que se estabelece é um mito, nas palavras da própria filósofa:

O mito da democracia racial corresponde ao desejo de uma autorrepresentação da sociedade e de uma representação positiva do país... Presta-se à construção de uma

identidade positiva para um país cuja realidade concreta impede a realização efetiva de uma ocidentalização, seja racial ou cultural (Carneiro, 2023, p.52).

O processo de formação do brasileiro foi intencionalmente construído para que as pessoas acreditem nesses tipos de mitos, isso porque, as pessoas racializadas foram destituídas de memória e de consciência coletiva, conforme nos foi apresentado por Gonzalez (1984). Sendo assim, a escrevivência inaugura um propósito de reconexão e afirmação na vida das pessoas, proporcionando a satisfação do desejo de autorrepresentação e permitindo uma representação positiva pautada na realidade.

Portanto, é extremamente necessário a afirmação através da escrita de vivências, uma vez que no Brasil ser uma pessoa racializada é estar inscrita no signo da morte, isso segundo o que revela a fala de Sueli Carneiro “Os mecanismos de controle social dessa massa para a qual não há projeto de inclusão irão se inscrever no âmbito das tecnologias oriundas do biopoder por meio das quais o Estado exercita o seu direito de matar ou de “deixar morrer” (Carneiro, 2023, p.82).

Isto é, a violência e a morte são apenas mecanismos para o bom funcionamento do que é denominado como dispositivo de racialidade, um dispositivo no qual a filósofa destaca as relações entre poder, Estado, violência e morte. Enquanto, a escrevivência é uma forma de deixar viver, de libertar e estimular o pertencimento através do resgate da memória, sendo uma metodologia positiva para se opor ao epistemicídio.

O epistemicídio é um conceito originalmente elaborado pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos, mas que Sueli Carneiro após uma breve introdução e citação sobre o que foi desenvolvido por Boaventura, faz sua própria significação pensando a realidade brasileira. A genialidade da filósofa permite que ela se aproprie de uma base conceitual hegemônica para expandir e desenvolver um pensamento original. Portanto, a noção de epistemicídio de que nos apropriamos é a feita por Sueli Carneiro, uma filósofa, escritora, ativista, feminista e negra.

Sendo assim, ela consegue desvendar a encrenca em que imbricam as relações raciais no Brasil, pois tal interpretação só poderia ser feita por uma verdadeira filósofa e cientista social. Segundo Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio pode ser compreendido como um processo que visa anular e aniquilar o conhecimento dos povos subjugados e, além disso, é responsável pela desqualificação de pessoas negras como produtoras de conhecimento.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural:

pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2023, p.88-89).

Na poética da literatura Conceição Evaristo, também expressa a manifestação do dispositivo: “A cana, o café, a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento e da revolta suicida” (Evaristo, 2003, p. 82). Cida Bento, em sua análise científica social também ressalta “os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” (Bento, 2022, p.27). Dessarte que o fortalecimento do poder hegemônico pertence aos brancos em detrimento dos Outros, dado de forma intencional ou não como nos aponta Bento (2022), que idealiza padrões que potencializam o racismo.

No entanto, mesmo com todos os mecanismos engendrados na sociedade que visam limitar e exterminar a expressão intelectual dos povos que foram subjugados pela mentalidade colonialista, podemos perceber o esforço de intelectuais negras de reconstruir imaginários a respeito da população negra. Ao abordar os direitos por meio de forma potente de comunicação, Conceição Evaristo utiliza da força da escrevivência para expressar eixos que o racismo não conseguiu destruir apesar de todos os esforços. Esse movimento de resgate também está presente na obra de Sueli Carneiro através dos relatos de resistências.

A filósofa desenvolve um trabalho ímpar ao expor de forma nítida e bem fundamentada um diagnóstico preciso de como o dispositivo de racialidade se instaurou e opera na sociedade brasileira através do signo da morte com um braço ceifador como o epistemicídio. Mas, Carneiro evidencia as histórias de luta e resistência demonstrando a absoluta fundamentalidade das iniciativas pessoais e coletivas, em seguida a ativista alerta que qualquer mudança passa pela reeducação.

Dessa forma, podemos fazer um movimento de articulação e conclusão deste texto retomando o pensamento desenvolvido por Carolina Maria de Jesus, pois ela no movimento de narrar vivências muitas vezes traumáticas refaz uma releitura de interpretação filosófica e se apropria de si. Através da escrita Carolina Maria de Jesus busca a cura para as feridas proporcionadas pelo racismo. Assim, podemos entender que a escrevivência é, então, uma contra fala ao discurso dominante, testificando a perspectiva feminina negra na consolidação da escrita.

Descobri o que sou e gosto. Quero levar outras pessoas a (descobrirem) serem o que são e gostarem de ser. Escrevia o que precisava falar, posto que a minha família e outras pessoas negras que eu conhecia, não tinham informação vivencial e/ou formação de escolaridade, para compreender nossa negritude

(Geni Guimarães, 1998).

CAPÍTULO 3. LUGAR DE FALA

3.1 O que é Lugar de Fala?

Djamila Ribeiro propõem como conceito de lugar de fala uma abordagem que reflete, critica e questiona o poder hegemônico que oprime determinados grupos sociais em relação à capacidade de falar por si e serem ouvidos por todos. É importante abordar este conceito e suas contribuições para se pensar a possibilidade do protagonismo de mulheres negras nos espaços acadêmicos e de produção do conhecimento.

A autora destaca que a forma como as pessoas compreendem o mundo é atravessada por pelo racismo estrutural e enfatiza que “quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (Ribeiro, 2019, p. 61).

Por isso, Djamila Ribeiro argumenta que algumas pessoas detêm o privilégio de poderem se afirmar enquanto sujeito pleno e, conseqüentemente, para essas pessoas é reservado o espaço e o poder na esfera pública, enquanto as pessoas racializadas são marginalizadas e têm pouco ou nenhum lugar de fala, isto é, espaço físico e simbólico de expressão. Principalmente, é necessário que mulheres negras possam ter acesso ao desenvolvimento de uma tecnologia de resistência que as contemplem. Portanto, o objetivo da pensadora é “trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível” (Ribeiro, 2019, p. 13).

Ao usar a expressão “tecnologia de resistência” é uma referência aos processos ou mecanismos usados por indivíduos ou grupos racializados para desafiar e contestar o poder hegemônico, o racismo estrutural e todos os sistemas de opressão que se articulam. Estes sistemas opressores são muito bem ilustrados por Sueli Carneiro no livro “Dispositivo de Racialidade”, sendo assim, a tecnologia de resistência se faz presente através do uso simbólico e prático.

A apropriação do lugar de fala é uma forma de mulheres negras exercerem uma tecnologia de resistência, pois é uma abordagem que proporciona instrumentos para combater a marginalização e desumanização dos corpos negros. Dando voz e destaque as pessoas que são diretamente afetadas pelo racismo estrutural que mitiga desigualdades e misérias.

Portanto, seguindo esta lógica, também podemos encarar a escrevivência como uma tecnologia no sentido em que é um método que se aprimora e facilita a comunicação e as

atividades de pertencimento. Logo, ao estabelecer outros processos linguísticos, estéticos e políticos de reconhecimento estamos desenvolvendo nossas próprias tecnologias para contrapor a invisibilidade e os silenciamentos. Segundo Eunice Léa de Moraes, a forma interseccional de produzir conhecimento de intelectuais negras é revolucionária, porque, formulam uma denúncia na mesma medida em que oferecem alternativas de construção de uma nova epistemologia

[...] as mulheres negras vêm denunciando as discriminações e as opressões, ao mesmo tempo que propõem uma outra construção do pensamento feminista e da política feminista, contra uma epistemologia feminista fundamentada pelo eurocentrismo das ciências sociais. Nesse sentido, o pensamento feminista negro, assim como, o movimento de mulheres negras, ao longo de suas histórias vem tornando-se um tema de grande projeção no âmbito internacional e nacional, relacionado as suas especificidades teóricas e as lutas como instrumento de resistência a opressão (Moraes, 2020, p.262).

A interseccionalidade permite compreender melhor os diversos aspectos das sobreposições das desigualdades sociais que atingem as mulheres negras. E, esse pensamento interseccional é uma forma de olhar para o mundo que permite através do entendimento dessa dimensão de que existe diferentes tipos de opressão, fomentar meios de resistências como a apropriação do lugar de fala e a escrevivência.

Portando, a partir disso, uma mulher negra pode ser refletida a partir do conjunto de suas características. Enxergando-se como um sujeito pleno e afirmando-se perante as análises conceituais e acadêmicas, tornando-se assim protagonista do seu percurso de formação intelectual.

Ao encararmos a articulação feita por Djamila Ribeiro em sua obra, desenvolvemos a consciência de que o lugar de fala é muito mais complexo do que é entendido pelo senso comum. Uma vez que o lugar de fala não pode ser entendido como um modo individualista de compreender e se colocar no mundo. Mesmo que o ponto de partida seja as experiências pessoais é importante nos atentarmos que o lugar de fala assim como a escrevivência é uma construção coletiva.

No trecho a seguir do livro “Lugar de Fala?” a filósofa exemplifica:

Como explica Collins, a experiência de fulana importa, sem dúvida, mas ofoco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo do qual fulana faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo. Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito afala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir

crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca possuiu por isso. E, sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos. A discussão é sobretudo estrutural e não “pós-moderna” como os acusadores dessa teoria gostam de afirmar (Ribeiro, 2019, p. 67-68).

Em síntese, esta obra apresenta grande relevância para se pensar a forma como as instituições acadêmicas se construíram enquanto espaços de poder pelo saber e, conseqüentemente, como as pessoas que foram excluídas desses espaços podem se organizar para fomentar um espaço de pertencimento a partir do reconhecimento do lugar de fala, mas que incite todas, todes e todos a participarem do diálogo.

Visto que, segundo a filósofa “falar a partir de lugares, é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem” (Ribeiro, 2019, p. 84). Logo a compreensão do conceito de lugar de fala é fundamental para o desenvolvimento intelectual das pessoas que são oprimidas tanto quanto das pessoas que não são racializadas, para que elas se pensem como um grupo racial tanto quando projetam a racialização nos outros e busque se desenvolver ao invés de se eximir da discussão alegando que não são racistas e que não possuem lugar de fala.

Lugar de fala não significa representatividade, isso porque, demarcar e assegurar de que se haja um lugar de fala para pessoas racializadas é reivindicar que a existência desses corpos seja reconhecida. Que possa haver um reconhecimento do lugar social que é demarcado pelas estruturas sociais que estabelece uma hierarquização de poder. Este movimento de agnição é fundamental numa sociedade que ecoa o colonialismo, visto que, debater sobre o lugar de fala é localizar quem detém o poder que estrutura as relações sociais.

As pessoas brancas construíram um padrão universalista onde todas as outras pessoas foram racializadas, mas não se discute o comportamento da raça branca, o que é ser branco? O que é socializar a partir da branquitude? Estas questões precisam estar as vistas do debate acadêmico filosófico, pois a construção de raça foi estabelecida e fortalecida a partir do pensamento de filósofos renomados. Então, nada mais justo que a desconstrução do racismo seja pensada no campo filosófico.

Para Ribeiro (2019) “branco é uma metáfora do poder”, isso porque, são as pessoas brancas que estabelecem a forma “correta” de se pensar, quais saberes têm relevância e que exercem um poder hegemônico na construção do pensamento, do discurso e das organizações.

Ao analisarmos as organizações brasileiras públicas e privadas, como um todo, é tão claro quanto a pele das pessoas que ocupam os melhores e mais remunerados cargos, que o racismo é estrutural. Se olharmos para as esferas educacionais como aponta Gomes (2019), torna-se ainda mais complexo e necessário investigarmos a branquitude com o mesmo escrutínio que é dedicado a negritude.

Pois, são em grande maioria as pessoas brancas que ocupam cargos públicos e compete a elas fazerem leis e direcionar o país. Conseqüentemente, a branquitude se organiza em narrativas próprias para reproduzir seus privilégios sem culpa. Nas palavras de Cida Bento:

As organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitos dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e do seu código de conduta. Mas como essa diversidade e essa equidade se aplicam se a maioria de suas lideranças e de seu quadro de funcionários é composta quase exclusivamente de pessoas brancas? Assim vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizadas (Bento, 2022, p. 9).

Sendo assim, o lugar de fala implica na responsabilização das pessoas que ocupam posições de poder, de reconhecimento e cabe a estas pessoas se manifestarem a partir de seus privilégios. Todas as pessoas possuem lugar de fala, porém sob perspectivas e vivências diferentes. Uma pessoa branca não pode falar como uma pessoa negra deve se sentir ou dos atravessamentos de gênero e raça que não lhe competem. Mas, a branquitude precisa debater sobre o racismo, porque historicamente ela se beneficia das estruturas racistas.

Contudo, é um falar a partir do lugar que reconhece seu privilégio ao cabo que escutam e dão espaço para o protagonismo das pessoas que por muito tempo foram silenciadas. Ou seja, o lugar de escuta é crucial para o desenvolvimento do lugar de fala, pois é através da escuta que ocorre uma reconfiguração das relações de poder e poderemos instituir novas estruturas sociais mais justas e inclusivas.

3.2 Qual é o lugar de escuta?

No decorrer da produção deste trabalho buscamos articular o pensamento desenvolvido por inúmeras pensadoras negras brasileiras, demonstrando que há uma conectividade no fluxo de pensamento. Visto que, todas essas escritoras partilham de pelo

menos dois marcadores sociais e a forma de se relacionar socialmente impactou diretamente a obra destas pensadoras.

Não podemos afirmar em que medida a escrita de Carolina Maria de Jesus influenciou as autoras que produziram posteriormente ao lançamento de sua obra, nem os impactos de influência que Lélia Gonzalez teve sobre as outras escritoras e assim por diante. É certo que houve outras autoras negras antes de Jesus, como Maria Firmina dos Reis que no início do século XIX, já influenciava e demonstrava a possibilidade de mulheres negras se apropriarem de lugares que lhes eram negados.

Mas, com certeza, podemos afirmar que no decorrer da história as obras desenvolvidas por intelectuais negras brasileiras não tiveram o devido reconhecimento em seu tempo e espaço de produção. Todas as mulheres citadas neste trabalho são referências nos seus campos de atuação. Por mais que tentem invisibilizar, as vozes de pensadoras negras estão sendo ouvidas e reverberam na medida em que inspiram e norteiam o trabalho de jovens pesquisadoras. Muitas vezes as pesquisas que trazem autoras negras como bibliografias principais são motivadas por uma identificação pessoal e representativa.

Contudo, a genialidade e abrangência de se pensar o contexto social destas filósofas permitem que elas sejam abordadas por múltiplas pessoas, nas mais variadas pesquisas. Academicamente estudantes negras estão adquirindo um letramento racial à medida que buscam suas referências, mas é preciso que esse movimento estoure a bolha. Para não repetirmos o ato academicista tradicional de produzir especialistas que falam para outros especialistas e restringem o debate.

É muito válido e necessário que estudantes negras estudem as obras desenvolvidas por pessoas negras para fortalecer a sua formação escolar baseada na representatividade nas mais variadas áreas do conhecimento.

No entanto, torna-se ainda mais relevante socialmente que todos escutem a sabedoria que ecoa dos textos de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro entre tantas outras que foram citadas no decorrer deste trabalho ou não. Dado que existem inúmeras mulheres negras produzindo saberes científicos em todas as áreas do conhecimento e é preciso que haja um espaço de escuta para que possamos avançar o debate acadêmico e social.

Portanto, é fundamental que no currículo de formação conste as vozes de autoras negras como referência para ampliar a visão do assunto abordado sob novas perspectivas e

para que pessoas brancas também conheçam e entendam que mulheres racializadas estão produzindo conhecimento acadêmico de forma ativa.

Reconhecer o lugar de fala foi muito importante nessa busca por visibilidade da condição da mulher negra. Mas, para além de falar, para que haja um real impacto acadêmico e social é preciso que essas vozes insurgentes sejam ouvidas a partir da análise sobre o que é o lugar da escuta.

Isso porque, falar é uma habilidade humana, mas ser ouvido envolve a detenção de um poder que está distante fisicamente e simbolicamente dos corpos racializados. Uma vez que deter a atenção do outro é um privilégio, porque ouvir e se deixar afetar e ser transformado pela fala do outro, passa por uma ideia de comunhão, de igualdade entre as pessoas que falam.

Por isso, torna-se primordial nos perguntarmos quem escuta tanto quanto quem fala, no campo filosófico mulheres não são vistas no mesmo solo comum, mulheres negras em específico, são deixadas a quem desse solo. Isso não ocorre pela incapacidade de falar, mas pela falta de meios para tornar nossa voz relevante no espaço acadêmico. Djamila Ribeiro, nos faz refletir sobre questões fundamentais que envolvem o falar:

Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos e heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? Saberes construídos fora do espaço acadêmico são considerados saberes? (Ribeiro, 2019, p. 77).

Em sua potente articulação Ribeiro consulta outras pensadoras para expressar o entendimento de que não basta as pessoas racializadas estarem exercendo o ato de falar. É necessário que as pessoas brancas escutem e revejam seu lugar social de privilégio, reconhecendo a fala do outro como a de um igual que pode falar de qualquer questão para além de uma demarcação excludente.

Logo, é preciso entender que a produção de conhecimento emerge de múltiplas vivências e territórios, por isso, é tão importante questionar a tradição eurocêntrica que fundou as universidades brasileiras, pois, o cânone no ponto simbólico trabalha na dimensão do sexismo e do racismo, ignorando os saberes produzidos fora dos espaços acadêmicos. E,

não só isso esse racismo é expresso na desqualificação dos saberes e na inferiorização de determinados pensamentos, nos silenciamentos e no epistemicídio.

Por este motivo torna-se necessário a aplicabilidade da escrevivência para contrapor todas as opressões através de um conceito fundamentado na escuta de si e do outro. O racismo se manifesta ao não se considerar outras cosmologias e ontologias que estão além da instituída pelo colonizador e a escrevivência se manifesta na comunhão do reconhecimento.

Djamila Ribeiro (2019) demonstra a importância do “lugar de fala”, contudo, para isso é necessário abrir espaço para que as pessoas que foram marginalizadas, que tiveram outras vivências em decorrência de sua raça, classe ou gênero possam falar e serem ouvidas.

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2019, p. 121-122).

Sendo assim, enxergar o seu lugar social implica em ouvir as vozes de outras pessoas que pertencem a outros grupos sociais e respeitar esta fala, reconhecendo-a legitimamente como digna de respeito e considerações. Visto que como aponta a filósofa “O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados” (Ribeiro, 2019, p.78). Para que possamos avançar o debate acadêmico é preciso que a branquitude reconheça o seu lugar de escuta.

Porque, as pessoas negras sabem reconhecer a voz, a dor e a luta dos seus, quando Gonzalez (1984) diz que “o lixo vai falar” as pessoas racializadas reconhecem o sentido em que ela emprega na palavra lixo. Quando Carolina Maria de Jesus (1960) elucida seus leitores de que a favela é o quarto de despejo da sociedade, ela está sintetizando o sentimento de exclusão social que perpassa a existência das pessoas negras.

Isso não significa que pessoas racializadas aceitam este lugar de marginalidade ou que se reconhecem como lixo, mas, sim, que reconhecem as formas de opressão e falam a partir do lugar que ocupam socialmente e falam numa boa. Por isso, é importante que a branquitude escute numa boa a partir de seus privilégios para que ocorra um diálogo produtivo.

Em suma, através do desenvolvimento deste trabalho percebemos que o lugar de fala é o racismo explicado, o lugar de escuta é a ponte para uma transformação social e a escrevivência é uma forma de expressar o racismo sentido. Djamila Ribeiro traz em seu livro inúmeras referências e constrói uma argumentação coesa para demonstrar como o lugar de fala representa um lugar de poder.

Portanto, ao escrever sobre nossas vivências estamos nos empoderando, pois a escrita de experiências não necessariamente precisa passar por uma explicação lógica de conceitos e trazer definições. Visto que opera a partir dos sentimentos a escrevivência é a manifestação prática e cotidiana do que foi definido conceitualmente por Ribeiro como lugar de fala, por isso, ambos os conceitos podem ser encarados como tecnologias, dado que, são métodos que se articulam, complementam e estimulam a produção de novas técnicas de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se fundamental considerar o interesse geral deste trabalho que nada mais é que, fazer-nos direcionar o olhar para as produções desenvolvidas por pensadoras negras. Para possibilitar uma reflexão sobre como foram devidamente desenvolvidas obras relevantes a partir de um contexto original. Evidenciar a vida e as obras dessas autoras é essencial no desenvolvimento acadêmico de mulheres negras, pois ter referências possibilita o pertencimento na vida de jovens estudantes.

Contudo, há um esforço sistêmico de invisibilizar a obra de autoras negras, por isso, torna-se relevante reunir tantas pensadoras insurgentes, que ousaram desafiar o cânone acadêmico em um único trabalho. Durante a produção deste trabalho foi dedicada uma atenção analítica entre os correlatos presentes na escrevivência e na filosofia. E, foi através da filosofia brasileira desenvolvida por mulheres negras que estabelecemos uma ponte de diálogo para evidenciar obras que podem conectar as futuras leitoras com uma filosofia original, pautada na ancestralidade e desenvolvida a partir do exercício de pensar criticamente sobre os sistemas de opressões.

Ao cabo, evidenciar as tecnologias de resistências como o lugar de fala e a escrevivência, que proporcionam que mulheres negras desenvolvam uma consciência de si e do outro, possibilitando um reconhecimento pleno dos espaços sociais desenvolvidos. Já que o poder hegemônico é constituidor de seus próprios interesses, restam às pessoas transgressoras estabelecer seus próprios meios de afirmação da identidade negra.

Assim é possível por intermédio de pensadoras que foram pioneiras em suas áreas de atuação, desvelar as limitações institucionais e a partir de pensamentos insurgentes apropriar-se de um letramento racial que proporciona um espaço de valorização das subjetividades. Em especial no campo filosófico é fundamental pesquisar e refletir outras epistemologias e

cosmologias para criar alternativas de formação que amplie o lugar de fala e proporcione um lugar de escuta.

Portanto, uma transformação do modo de se entender a filosofia, de ocupar o espaço e reverberar o discurso acolhedor, só precisamos dar visibilidade para as autoras que estão produzindo nesse sentido. A escrevivência, por exemplo, assume outras características e influencia a vida de jovens estudantes através da partilha das diversas formas de vida e experiências que representam. Ocorre, pois, no cenário acadêmico que a escrevivência é uma ferramenta potente de estímulo, uma vez que permite que as estudantes produzam conteúdo a partir de suas experiências práticas, impressões pessoais e das expressões coletivas que as compõem.

Após tudo isto exposto, resta fazer uma conferência da possibilidade deste trabalho contribuir para a formação escolar de outras pessoas. Para isso, devemos revisar as atribuições que foram inferidas a escrevivência para além do conceito desenvolvido originalmente por Conceição Evaristo.

É a partir da escrevivência que a trajetória acadêmica pode assumir um caráter subjetivo, pois é um conceito que trata desde o sujeito que escreve a todo o contexto histórico-cultural que forjou a personalidade do sujeito, a partir de um território e de um corpo que possui seus próprios atravessamentos. Dentro disso, é possível que uma escrevivência filosófica, como ferramenta de análise, possua frente à tradição academicista que limita o acesso de mulheres negras a seu próprio fluxo de produção e conseqüentemente, fomentar um pertencimento oriundo do reconhecimento enquanto pessoas que possuem um saber científico.

A partir disso, a escrevivência, pode ser fonte de um despertar para a diversificação da produção filosófica. Dado que, vai de encontro ao sistema educacional que segrega e, por conseqüência, gera o afastamento de determinados corpos. Portanto, a escrevivência é uma forma de valorizar o protagonismo acadêmico evidenciando as subjetividades como uma forma de produzir conhecimento.

Através deste trabalho exaltamos uma pluralidade de vozes negras, abrindo o debate para novas narrativas no campo filosófico. Porque as mulheres negras sempre estiveram lá, Sueli Carneiro foi a única de sua turma, Carolina Maria de Jesus estava solitária na exposição do reconhecimento. Durante muito tempo tentaram calar e limitar as mulheres negras, mas agora não somos mais a única do espaço, somos muitas e reconhecemos a luta das que nos antecederam. Estamos armando nossos cabelos, munindo nossa voz e com os pensamentos engatilhados e prontos para encarar a batalha no campo do intelecto que tanto nos foi negado.

Portanto, convocamos a todas, todes e todos que possam vir a ler este trabalho a pensarem que nenhum esforço será satisfatório e, por mais potente que seja o conceito de escrevivência, não existe a possibilidade de vencermos sozinhas, pois o reconhecer e pertencer são verbos que se conjugam no coletivo. Não seremos capazes de realizar uma mudança se a filosofia, enquanto matéria institucional continuar reproduzindo um discurso interno, isto é, que se reduz ao espaço acadêmico normativo que reproduz apenas o que é consagrado como cânone e invalida novas abordagens.

Por isso, a força que motiva e mobiliza jovens estudantes deve partir do reconhecimento que não estamos sozinhas nessa empreitada, trazemos em nossas vivências a sabedoria de nossos ancestrais e a coletividade da nossa gente e é através da comunhão que afirmamos nosso lugar no mundo.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras de terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*. CFH//ufSC, v. 8, nº 1, 2000.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro: retratos do Brasil negro*. Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2011
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.
- _____, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- _____, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- _____, Conceição. *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- _____, Conceição. *Olhos d'água*. Pallas Editora, 2014.
- _____, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, v. 1, p. 26-46, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- _____, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º 92/93. (jan.jun.), p. 69-82.1988.
- _____, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GUIMARÃES, Geni. *A cor da ternura*. Ilustrações Saritah Barboza. São Paulo: FTD, 1998.

JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Livraria F. Alves, 1960.

_____, Carolina Maria. *Diário de Bitita*. Sacramento: Editora Bertolucci, 2007.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana do Encantamento tecida por mulheres negras: poéticas de re-existências para descolonização do conhecimento. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 33, n. 59, p. 398-416, 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini. Organizadora et al. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. 2013.

MORAES, Eunice Léa de. *Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe*. Letras & Letras, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020.

NJERI, Aza. RIBEIRO, Katiúscia. *Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira*. Currículo sem fronteiras, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SANTOS, Neuza Souza. *Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SUAV, Anna. *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta: uma antologia*. Planeta, 2019.